

# Sumário

Número de notícias: 30 | Número de veículos: 17

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Não dá pra ficar criando exceção a torto e a direito na reforma tributária , diz CEO da Cosan** ..... 4

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**O marco legal das stock options** ..... 6

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS  
SEGURIDADE SOCIAL

**Valdemar Costa Neto, que recebe R\$ 33 mil do PL e R\$ 24 mil da Câmara, processa o INSS para atualizar sua aposentadoria** ..... 8

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Governo Lula mantém representação feminina do mesmo tamanho que a gestão Bolsonaro; veja setores mais desiguais** ..... 9

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Governo tem semana decisiva na economia com votação de reforma tributária e discussão sobre meta fiscal** ..... 11

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Senado se compromete a finalizar reforma tributária nesta semana; entenda mudanças e impactos** ..... 13

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

**Meta fiscal indefinida compromete debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso** ..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

**Marinha vai usar 120 embarcações e veículos na GLO** ..... 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Trincheira do reacionarismo** ..... 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

**Qual o caminho para garantir renda na aposentadoria?** ..... 21

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
ECONOMIA

**Governo federal quer que FGTS seja corrigido pela inflação** ..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Foco na reforma tributária ..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ambiente de negócios segue desafiador (Editorial) ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impacto da reforma tributária nas atividades econômicas - CAPITAL S/A ..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Futuro hipotecado (Editorial) ..... 28

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Apoio evangélico a Lula vai depender da guerra e da economia ..... 30

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve ir a votação no Senado ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Posicionamento do IBRAM sobre a reforma tributária (PEC 45) no setor de mineração  
..... 33

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula tenta aparar arestas no Senado e se reunirá com líderes na quarta-feira ..... 34

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Decisão do TRF-3 favorece seguradoras em disputa de bilhões de reais contra o Fisco  
..... 36

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Licença para ganância freia ciclo de otimismo ..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Indefinição da meta fiscal deixa novo marco na berlinda ..... 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Governo deveria focar no corte de gastos - MERCADO S/A ..... 41

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Ciclo de queda deve levar Selic a 9,5% ..... 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

"A incerteza fiscal se somar à sucessão no BC é um risco" ..... 44

O ESTADO DE S. PAULO - E-INVESTIDOR  
ECONOMIA

"Investimento de risco deve voltar em 2024" ..... 46

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Ciclo de crescimento - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI.....	48
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Copom deve evitar ligação direta entre juro e câmbio - ALEX RIBEIRO.....	49
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Impasse põe em risco acordo de Venezuela com EUA (Editorial).....	51
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Empresas devem ter situação financeira melhor em 2024.....	53

# Não dá pra ficar criando exceção a torto e a direito na reforma tributária , diz CEO da Cosan

As grandes empresas brasileiras, como o grupo Cosan , têm verdadeiros exércitos para atuar em seu departamento tributário, tamanho o impacto do pagamento de **impostos** para os seus resultados e tal é a complexidade do sistema brasileiro. A **reforma tributária** em tramitação no Congresso promete simplificar isso, e tem potencial de destravar investimentos, mas precisa evitar cair em algumas armadilhas, como as de estabelecer muitas alíquotas de exceção, ou jogar mais o peso tributário em cima de poucas organizações, alerta o CEO da Cosan e membro do conselho de administração da Vale , Luis Henrique Guimarães .

As pessoas esquecem que o mesmo dinheiro que vai para o imposto é o que iria para investimentos. Não existem dois bolsos , diz o executivo. O objetivo será aumentar a arrecadação via crescimento do país ou via taxando mais quem já paga?

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O nosso sistema precisa mudar. Ele é caótico. Traz um custo e uma complexidade gigantesca. A incerteza é enorme. É só ver os casos de decisões judiciais e cobranças retroativas. Isso cria uma geração de passivos nos balanços, tanto para a União quanto para as empresas. É uma enormidade o que existe de créditos tributários não aproveitados, o que se consome de balanços por que as empresas precisam registrar fianças, seguro-garantia e depósitos judiciais, que são recursos financeiros que não podem ser utilizados para investimentos. Assim, a economia opera com um grau de ineficiência o qual é pouco falado.

O custo de acompanhamento de todas as questões tributárias é muito grande. As regras mudam no meio do caminho. São reinterpretadas muitas vezes no Judiciário. Passam por quinhentas instâncias e muitas vezes, mesmo dentro da mesma vara de Justiça, o entendimento muda. Mas não quero criticar os juízes com isso. Coitados deles. Não existe um tribunal específico para questões tributárias. Há para questões trabalhistas, mas não para o sistema tributário. Imagina o que é para alguém julgar um caso complexo de ágio, sem ser especialista no assunto.

Como o sistema é difícil e complexo, existe uma sonegação gigantesca. O Bernard Appy (secretário extraordinário da **reforma tributária**) comenta isso e já fizemos várias contas aqui do hiato entre a arrecadação teórica e real, e seria algo entre 21% e 24%. No nosso segmento de combustíveis, há cerca de R\$ 26 bilhões de sonegação fiscal anual, de **impostos** federais e estaduais, segundo estudo da Fundação Getulio Vargas . Então, ficamos discutindo risco fiscal e se criam **impostos** novos, enquanto temos R\$ 26 bilhões não coletados. E isso acontece numa categoria fácil de ser cobrada. Não é como em cerveja, com um milhão de bares, espalhados pelo País. No nosso setor, são cerca de 40 mil postos de combustíveis, 30 distribuidoras e 100 produtores de etanol. Em tese, assim, seria fácil arrecadar e acompanhar a cobrança automática.

Sabemos que a reforma tem de ser a reforma possível. Mas, como tudo na vida, não adianta fazer alguma coisa que não vá trazer melhorias. A reforma não pode continuar deixando quem é sério e organizado pagar por quem não é, que é um grande problema do Brasil. Desse jeito, a conta vai crescendo e chega uma hora que não dá para ter negócio. Cada vez tem mais gente não pagando e quem paga vai acabar pagando mais. O final deste filme é horrroso.

O grande risco dessa reforma é criar tanta exceção que a alíquota comum ficará tão alta a ponto de desincentivar quem trabalha seriamente. Não dá para ficar criando exceção a torto e a direito. Assim, quem ficar fora da exceção vai precisar pagar mais 30% de IVA (Imposto sobre Valor Adicionado). O pensamento por trás da reforma é bacana. O IVA é uma solução já testada em muitos países. Só não podemos começar a dar o nosso jeitinho brasileiro. O risco é que a gente troque cinco **tributos** por três absolutamente iguais. A grande base dessa reforma deve ser a simplicidade.

Existem cinco coisas muito importantes nessa reforma que precisam ser mantidas até o fim: simplicidade do sistema, com transparência e previsibilidade para o investimento; redução da guerra fiscal; segurança jurídica para diminuir a litigiosidade; não pode haver o aumento da carga tributária em relação ao **PIB**; e

precisa trazer redução da sonegação.

Na Cosan, gostamos muito da incidência passar a acontecer no destino. É uma evolução importante. É muito importante também que exista uma boa vontade geral de lidar com algumas categorias de impacto mais relevante. Por exemplo, em combustível. Nele, a monofasia é fundamental. Se você for tentar cobrar de todos os elos da cadeia, a reforma não vai acontecer. Outros setores também são assim. No de bebidas mesmo, não vai dar para tentar cobrar de um milhão de botequins. O IVA precisa ser pensado dessa maneira, porque senão você entra naquela velha história da substituição tributária, que já foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF), para a definição de alíquota.

Uma boa parte da reforma vai ser definida em lei complementar. E aí pode acontecer muita coisa. Existe um conceito na reforma, mas como ele vai acontecer? Deveria ter um esforço grande para simplificar, e não deixar os Estados poder legislar. Isso é um desafio para o pacto federativo. Mas os Estados não devem poder criar **impostos** específicos para alguns produtos. Isso é um perigo. O princípio da **reforma tributária** justamente está em ser uma coisa nacional. Você quer a redução da guerra fiscal, e a redução dos incentivos tributários. Se você abre a porteira aqui, a espinha dorsal da reforma estará sendo quebrada. Também será preciso definir os créditos do PIS/Cofins e como ficam os do ICMS. Temos hoje R\$ 800 bilhões de créditos só de **impostos** federais nas empresas no Brasil. Se contarmos os estaduais, passam de R\$ 1 trilhão. Imagina ter de explicar para o acionista que a empresa tem um monte de crédito tributário que não consegue acessar.

De fato, não se pode virar a chave no dia seguinte. Mas como vamos manter as obrigações? Teremos de contratar dois auditores, um para o sistema antigo outro para o novo? Vamos ter duas contabilidades? Uma sacada que pode ser fundamental e que seria legal se acontecesse é o que estão chamando de split automático de pagamento. Imagina comprar um celular na loja, e o preço do produto lá ser R\$ 150, com IVA de R\$ 15. Quando a compra foi feita, o pagamento já passaria pelo sistema de pagamento nacional e os R\$ 15 já seriam separados e enviados diretamente para o órgão arrecadador. Se funcionar assim, seria um gol de placa, porque acabaria com 99% da sonegação, e o tal hiato de arrecadação real de 24% cairia, permitindo alíquotas menores. A sofisticação do mercado financeiro do país, que tem até o PIX, permite um sistema assim. O Banco Central está trabalhando nisso.

O imposto seletivo tem uma definição ampla, não é? Ele é explicado como aquele que vai incidir sobre a

produção, comercialização ou importação de bens ou serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente nos termos da lei. Como isso vai ser definido? Como ele se confunde no mercado de carbono? O mercado de carbono já traz o preço implícito do carbono para quem afeta o meio ambiente.

As pessoas esquecem que o mesmo dinheiro que vai para o imposto é o que iria para investimentos. Não existem dois bolsos. O objetivo será aumentar a arrecadação via crescimento do País ou via taxaço maior de quem já paga? A primeira alternativa aconteceu em vários dos nossos vizinhos na América do Sul. Se você criou um imposto de exportação de soja ou de petróleo, é tudo uma maravilha no começo, e a arrecadação aumenta. Mas a base a ser tributada vai erodindo. O ideal é que a base cresça, que se cobre um porcentual menor e poder receber mais com isso. Não o contrário, de ter uma base pequena com alíquota maior. Afinal, isso incentivaria ao empresário sair do sistema.

**Site:** <https://www.terra.com.br/economia/nao-da-praficar-criando-excecao-a-torto-e-a-direito-na-reforma-tributaria-diz-ceo-da-cosan,a082c43fcc3c565ba19bea4555a83f6bseex8xzq.html>

# O marco legal das stock options

*Por Milton Schivitaro e Nicolas Alvers*

No início de setembro, foi aprovado no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) nº 2.724/2022, que dispõe sobre o marco legal dos planos de outorga de opções de compra de participações societárias, comumente chamados de "stock option plans", oferecendo a primeira regulamentação jurídica sobre o assunto no ordenamento jurídico brasileiro. Por ter iniciado no Senado, o projeto ainda carece de análise e votação por parte da Câmara dos Deputados, mas já apresenta inúmeros pontos promissores para os contribuintes.

Em linhas gerais, os stock option plans consistem em modalidade de incentivo a longo prazo utilizado no mercado para atração e retenção de talentos e colaboradores em funções estratégicas. Para isso, empresas concedem opções de compra de ações para determinados colaboradores, garantindo-lhes o direito de, no futuro e sob certas condições, adquirirem ações da companhia pelo preço em que as ações foram avaliadas no momento da outorga das opções, mesmo que o valor de mercado no futuro seja superior.

No Brasil, a principal disposição legal sobre o tema se encontra na Lei das Sociedades Anônimas (artigo 168, parágrafo 3º), que prevê genericamente a possibilidade de outorga de opção de compra de ações por parte das empresas aos seus administradores, empregados, ou a pessoas que prestem serviços à companhia.

Portanto, do ponto de vista normativo, o instituto ainda carece de regulamentação legal plena, situação que gera ampla discussão em torno da natureza jurídica desses contratos e, especialmente, divergência quanto às incidências tributárias atreladas, gerando insegurança jurídica aos contribuintes.

Para a **Receita Federal**, esses contratos geralmente possuem natureza remuneratória, uma vez que a própria essência do negócio celebrado pressupõe a existência de vínculo empregatício direto ou indireto entre as partes, bem como porque grande parte dos requisitos para sua fruição exigem condições ligadas ao contexto empregatício (p.ex., manter-se no quadro de colaboradores até a data do exercício).

Por essa razão, em regra, é exigido pelo Fisco a tributação da operação no momento do exercício da opção, devendo ser recolhido o tributo sobre a diferença positiva entre o valor de mercado das ações

adquiridas e o valor pago pelo colaborador. Ademais, como boa parte desses planos envolvem colaboradores que trabalham sob o regime CLT, o Fisco exige que essa diferença seja incluída na folha de pagamento do colaborador como remuneração, incidindo IRRF e contribuições previdenciárias.

Por outro lado, a favor dos contribuintes, há o entendimento de que o gatilho tributário da operação ocorre apenas no momento da alienação das participações societárias adquiridas no exercício da opção, tendo em vista que no momento da aquisição das ações não haveria qualquer ganho a ser apurado, vez que este ocorre apenas na ocasião da alienação dos ativos e desde que o resultado da diferença entre o valor negociado na venda e o custo de aquisição seja positivo.

Em razão dessa ampla discussão, o **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, em várias ocasiões, já se manifestou sobre o tema, existindo entendimento pelo caráter mercantil, que prevê o recolhimento do imposto apenas no momento da alienação das participações adquiridas pelo colaborador no momento do exercício, tal como ocorre nos acórdãos nº 2803-003.815, de 2014; nº 2401-003.890, de 2015; nº 9101-004.587, de 2019; e nº 2402-010.654, de 2021. Contudo, há também decisões que conferem natureza remuneratória aos planos, exigindo a tributação no momento do exercício das opções, assim como indicam os acórdãos nº 2401-003.891, de 2015; nº 2202-003.741, de 2017; 9202-006.628, de 2018; nº 2201-006.068, de 2020; e nº 9202-009.784, de 2021.

No Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), assim como no **Carf**, verifica-se que o posicionamento do tribunal é misto sobre o tema, com decisões a favor e contra o contribuinte. A favor dos contribuintes, temos os processos nº 5001768-54.2018. 4.03.6100, de 2020; nº 5021083- 34.2019.4.03.6100, de 2019; nº 5001768-54.2018.4.03.6100, de 2018; e nº 5021084-19.2019.4. 03.6100, de 2021. Por outro lado, a favor do Fisco há os acórdãos nº 5008897-13.2018.4.03.6100, de 2022; e nº 5002396-42.2017.4.03.6144, de 2019.

Nesse contexto, rompendo o cenário atual de insegurança jurídica e de ampla necessidade de judicialização, o "marco legal dos stock options" se encarrega de estabelecer a natureza jurídico-tributária do tema, determinando que as opções de compra de participações societárias possuem natureza

exclusivamente mercantil (artigo 2º, parágrafo único), afastando qualquer interpretação contrária, a menos que haja descumprimento dos requisitos estabelecidos na lei.

Em relação aos requisitos mínimos para a devida instituição e caracterização de um plano de stock option, conforme artigo 2º do PL, destacam-se: (i) outorga de direitos ou concessão de opções de compra de ações; (ii) cumprimento de condições mínimas necessárias para o exercício do direito outorgado; e (iii) valor a ser pago pelo beneficiário à sociedade emissora. Inclusive, esses requisitos convergem com o que hoje já é reconhecido pelo Judiciário e pelo **Carf** como indícios para o afastamento do caráter remuneratório dos planos (presença de risco, onerosidade e liberdade de exercício das opções).

Dessa forma, o Projeto de Lei nº 2.724/2022 representa, sem dúvida, um grande avanço para as empresas e contribuintes que, com a sua aprovação, terão um cenário tributário menos hostil e incerto para instituir e aderir a essa modalidade de incentivo a longo prazo, reduzindo a necessidade de judicialização e auferindo maior segurança jurídica aos envolvidos.

Milton Schivitaro e Nicolas Alvers são, advogados da área Tributária Consultiva do Finocchio Ustra Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
O marco legal das stock options

**Site:** <https://valor.globo.com/legislacao/coluna/o-marco-legal-das-stock-options.ghtml>

# Valdemar Costa Neto, que recebe R\$ 33 mil do PL e R\$ 24 mil da Câmara, processa o INSS para atualizar sua aposentadoria

Valdemar Costa Neto , presidente nacional do PL de Jair Bolsonaro, recorreu à Justiça Federal contra o **INSS**.

Segundo o político, sua aposentadoria está desatualizada , sendo necessária a aplicação de outra regra, o que aumentaria o valor a ser pago pela Previdência (passaria de R\$ 5.214,59 para R\$ 6.180,23).

Valdemar ainda pede pagamentos retroativos que superam R\$ 98 mil.

Aliás...

Não custa lembrar que, por ser presidente do PL, Valdemar recebe salário mensal superior a R\$ 33 mil. O ex-deputado também recebe uma aposentadoria da Câmara, de R\$ 24,8 mil.

#### **Notícias Relacionadas:**

BLOG DO ANCELMO GOIS

Valdemar Costa Neto, que recebe R\$ 33 mil do PL e R\$ 24 mil da Câmara, processa o **INSS** para atualizar sua aposentadoria

**Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2023/11/valdemar-costa-neto-que-recebe-r-33-mil-do-pl-e-r-24-mil-da-camara-processa-o-inss-para-atualizar-sua-aposentadoria.ghtml>**

# Governo Lula mantém representação feminina do mesmo tamanho que a gestão Bolsonaro; veja setores mais desiguais

Em um primeiro ano de mandato marcado pela demissão de mulheres de cargos do alto escalão, o governo Lula mantém a participação feminina em funções de confiança da estrutura federal na mesma proporção da gestão anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro. É o que revelam dados levantados pelo GLOBO em estatísticas públicas do Ministério da Gestão. Os números mostram que a presença de mulheres segue mais escassa, principalmente em órgãos ligados às áreas de segurança e economia.

Em setembro, último mês com informações disponíveis, as mulheres representavam 40,9% dos 37.618 cargos comissionados executivos (CCE) e funções comissionadas executivas (FCE). Os primeiros são de livre nomeação, enquanto os FCEs são exclusivos para servidores concursados, distribuídos a critério da gestão federal. Em dezembro do ano passado, esse índice era de 40%, em um universo de 36.378 cargos de confiança, patamar também próximo ao de setembro de 2019 (40,1%), no primeiro ano do governo Bolsonaro.

Na população brasileira, as mulheres somam 51,5% da população, de acordo com o Censo 2022. Em números absolutos, são seis milhões a mais do que os homens.

O índice do governo é puxado para cima por órgãos e autarquias com alto número de cargos em que as mulheres estão mais bem representadas que a média, como o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e o Ministério da Saúde, pasta em que elas são mais da metade dos nomeados. Mas há discrepâncias dentro da estrutura federal.

Os departamentos da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Polícia Federal (PF) são aqueles com menor proporção de mulheres nessas funções. Elas estão em apenas 13% e 19%, respectivamente, dos postos de confiança nas corporações, índices semelhantes ao da gestão anterior. Na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), são 56 mulheres em um universo de 212 nomeados (26%).

Nos 26 estados e no Distrito Federal, apenas dois têm hoje mulheres nos cargos máximos das chefias da

PRF (Acre e Rondônia). O órgão informou que, apesar da baixa participação feminina em seus quadros, houve incremento de 269 policiais e servidoras administrativas desde 2021. Já a PF afirma que o percentual de mulheres ocupando cargos de chefia está em sintonia com a proporção dessa parcela da população entre os servidores da corporação. Elas são 18,3% do total. A PF disse ainda que estuda formas de aumentar a atratividade para seus concursos públicos.

Codiretora do Instituto Alziras, organização voltada para ampliar e fortalecer a presença feminina na política, Michelle Ferreti enfatiza que a presença de mulheres em espaços de poder e decisão é crucial para fortalecer a democracia e melhorar a qualidade das políticas públicas. Ela ressalta que a diversidade amplia o repertório do governo para gerar diagnósticos e soluções para demandas sociais. Para isso, os partidos políticos têm papel decisivo:

- São filtros importantes para que mulheres possam estar nesses espaços, seja através de mandatos ou de cargos de confiança. Essas indicações se dão por redes de capital político. Enquanto os partidos não levarem a sério a agenda de igualdade de gênero e racial, a população não se verá representada.

O cenário também é de sub-representação feminina em estruturas da área econômica e na pasta de Relações Exteriores. Comandado pelo ministro Fernando Haddad e com mulheres em 33,9% dos postos de confiança, o Ministério da Fazenda tem percentual próximo ao da pasta da Economia de Paulo Guedes em dezembro passado (34,7%). Já Planejamento (39%), de Simone Tebet, e Indústria, do vice-presidente Geraldo Alckmin (39,9%), também da área econômica, estão mais próximas do indicador geral do governo.

Em nota, a Fazenda informou que "tem trabalhado para a promoção de inclusão dos grupos historicamente excluídos seja por fatores de gênero ou étnico-raciais" e que criou uma assessoria de participação Social e diversidade.

No Ministério das Relações Exteriores, comandado por Mauro Vieira, o quadro é composto principalmente por

funcionários de carreira, o que se espelha nos postos de comando. De acordo com a pasta, o percentual geral de mulheres na carreira diplomática é 23%.

"As características próprias da carreira diplomática - estrutura hierarquizada que relaciona a classe ocupada pelo(a) servidor (a) aos cargos e funções de liderança e o longo tempo de progressão funcional às categorias mais altas - dificultam intervenções de efeito imediato", justificou a pasta, que ressalta ter adotado políticas afirmativas para ampliar a presença de mulheres nas promoções do primeiro semestre.

Os dados mostram ainda que instituições públicas voltadas para pesquisa estão entre aquelas com menor presença feminina, embora as mulheres sejam maioria no ensino superior. São os casos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em nota, por meio do Ministério da Gestão, o governo ressaltou que "tem o compromisso de ampliar continuamente as oportunidades para a população negra, mulheres, dentro das estruturas da Administração Pública Federal" e que medidas adotadas nos primeiros dez meses "já apresentam avanços neste sentido".

A pasta informou que edita portaria para definir metas individuais de ocupação dos cargos para órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional, além de metas para o aumento de mulheres negras nestes espaços. Também destacou que houve crescimento da participação feminina no programa de desenvolvimento de líderes para a Administração Pública Federal, o LideraGOV.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/06/governo-lula-mantem-representacao-feminina-do-mesmo-tamanho-que-a-gestao-bolsonaro-veja-setores-mais-desiguais.ghtml>**

# Governo tem semana decisiva na economia com votação de reforma tributária e discussão sobre meta fiscal

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva começa a semana cercado de expectativas em relação a temas econômicos que podem impactar o restante do mandato. No Senado, há perspectiva de enfim a votação da **Reforma Tributária** acontecer até a próxima quinta-feira. A proposta vem sofrendo crítica pelos regimes especiais na cobrança de **impostos** até aqui já inseridos. Além disso, outra definição importante que deve acontecer é se o governo vai ou não alterar a meta de zerar o rombo das contas públicas em 2024.

Sobre a **Reforma Tributária**, antes de ir para o plenário da casa, o texto precisa passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O senador Davi Alcolumbre (União-AP), que preside o colegiado, marcou para terça-feira a discussão.

No fim de outubro, o relator do texto no Senado, Eduardo Braga (MDB -AM), apresentou sua versão (substitutivo) da proposta, com regimes diferenciados para mais setores do que inicialmente previsto pelo governo e pela Câmara.

Um dos mais polêmicos foi uma alíquota especial para profissionais liberais licenciados. Eles poderão pagar um valor reduzido em 30% da alíquota padrão (que ainda será definida). Entre os profissionais regulamentados estão advogados, dentistas, médicos e engenheiros.

Estão previstos regimes diferenciados também para serviços de saneamento e de concessão de rodovias; telecomunicações; agências de viagem e turismo; e transporte coletivo de passageiros rodoviários intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo.

Com as exceções previstas, incluindo o texto da Câmara dos Deputados e o parecer do relator no Senado Federal, a alíquota padrão foi estimada em até 27,5% pelo Ministério Fazenda. Porém, isso vai depender de várias regulamentações que vão ser feitas via lei complementar. Quanto mais exceções, maior será a alíquota padrão.

Em entrevista recente ao GLOBO, o secretário

extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, avaliou que o efeito positivo do projeto sobre a economia foi reduzido para 75%, após as exceções, ou regimes diferenciados, inseridos na Câmara e no Senado. Segundo ele, sem esses benefícios a setores específicos, a mudança no sistema tributário poderia diminuir em 90% as distorções existentes atualmente.

Durante a votação no Senado, novas mudanças podem ser feitas. Com as alterações, o texto volta para a Câmara e, em caráter terminativo, deve seguir para sanção presidencial.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC nº 45/2019) altera o sistema tributário com foco no consumo. A mudança na tributação da renda deverá ser encaminhada no início do ano que vem, embora projetos paralelos já tenham sido apresentados ao Congresso, como a taxa de fundos exclusivos no Brasil e fundos no exterior (offshore).

O governo ainda discute uma possível mudança na meta de zerar o rombo das contas públicas em 2024.

No domingo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi questionado e evitou comentar sobre o desdobramento da discussão interna do governo sobre uma possível alteração.

Hoje, o compromisso estabelecido pela Fazenda é uma margem de flutuação que vai até 0,25% de déficit e 0,25% de superávit. Isso em relação ao **PIB**.

No dia 3, Lula indicou que iria mirar a parte inferior da banda, enquanto a equipe econômica estava, até então, com pulso firme para garantir um resultado neutro, ou seja, zerar o déficit.

Agora, está sendo considerada internamente a possibilidade de mudar o alvo, para um déficit entre 0,25% e 0,5% do **PIB**. Algo que varia até R\$ 50 bilhões de rombo.

Essa mudança pode ser feita por meio de uma mensagem modificativa no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

A senadora Daniella Ribeiro ( PSD -PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, convocou para a próxima terça-feira a votação do relatório preliminar da LDO de 2024.

A apreciação do parecer feito pelo relator do texto, deputado Danilo Forte ( União Brasil -CE), estava prevista para esta última semana.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/06/governo-tem-semana-decisiva-na-economia-com-votacao-de-reforma-tributaria-e-discussao-sobre-meta-fiscal.ghtml>**

# Senado se compromete a finalizar reforma tributária nesta semana; entenda mudanças e impactos

**Brasília**

/  
**Bruna Lima, do R7, em Brasília**

O Senado terá uma semana decisiva em relação à **reforma tributária**. O cronograma acordado entre líderes e articuladores do tema prevê aprovação do texto na Comissão de Constituição e Justiça nesta terça-feira (7), seguindo em caráter de urgência para que o plenário delibere e vote a proposta até quinta (9). Buscando apoio massivo, o relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB-AM), incorporou quase um terço das sugestões recebidas e alinhou o parecer final com a equipe econômica, que aposta na ampla aprovação, apesar de já prever a necessidade de aumentar em meio ponto percentual a alíquota-padrão.

Até então, a previsão do Ministério da Fazenda estimava variação da alíquota entre 20,73% e 27% - soma do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), para estados e municípios, com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), da União.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

"Do relatório já divulgado, as novas exceções têm um impacto de 0,5% [depois, o ministro corrigiu o índice, que é de 0,5 ponto percentual na alíquota-padrão]", afirmou o ministro da pasta, Fernando Haddad, logo após a última reunião com Braga, no dia 2.

Haddad afirmou que, junto com o relator, foram feitos "ajustes finos" no texto e que a estimativa é de aprovação da proposta no Senado com folga. Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), é necessária a aprovação por maioria absoluta, ou seja, demanda o aval de pelo menos 49 senadores. "Queremos passar dos 60 votos para aprovar a PEC", disse o ministro.

Para garantir apoio, Braga afirmou que acolheu mais de 250 sugestões ao parecer de um total de

aproximadamente 700 emendas. "Foi um relatório construído a muitas mãos, ouvindo a sociedade civil, setores produtivos, governadores, prefeitos, e também em uma grande articulação com o governo federal", disse.

Em razão das mudanças, a proposta vai precisar voltar para uma reanálise dos deputados. Por ser uma PEC, o texto deve ficar indo e voltando de uma Casa a outra até que haja consenso. O objetivo do governo é garantir que a reforma seja promulgada ainda neste ano e, mesmo no atual cenário, a avaliação geral dos parlamentares é de que o prazo é viável.

"Estamos muito alinhados nesse compromisso de evoluir a pauta econômica do Brasil. Considero essa a maior prioridade nacional neste instante: garantir uma economia de geração de emprego, de contenção da **inflação**, de aumento e crescimento da economia. Isso envolve **reforma tributária**", sinalizou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Paralelamente ao cronograma de análise, as discussões são levadas por Braga ao relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), como uma forma de alinhar os pontos e acelerar a tramitação quando chegar a vez de os deputados reanalisarem a proposta.

A jornalistas, Ribeiro disse que há pontos no novo relatório que, quando chegarem à Câmara, serão avaliados, mas que acredita na aprovação final do texto até o fim do ano.

Caso seja aprovada em 2023 no Congresso, é somente no próximo ano que ocorrerão as votações de leis complementares que vão regulamentar a reforma. A definição das alíquotas, itens a serem incluídos na cesta básica para receberem a isenção total e produtos que estarão sujeitos a imposto seletivo são temas que ainda precisarão ser resolvidos.

A infraestrutura do novo sistema deve ser montada em 2025. A partir de 2026, começa a transição de **impostos** até 2033, quando sobrarão apenas os novos **impostos** previstos na reforma: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre

Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo.

O texto prevê uma verba de R\$ 60 bilhões para o Fundo de Desenvolvimento Regional e uma trava para a carga tributária, além de um regime diferenciado para profissionais liberais, como advogados, engenheiros, contadores e médicos.

Outra novidade é a previsão de uma trava para a carga tributária. O objetivo do limite é garantir que não haja aumento dos **tributos** para nenhum setor da economia.

Arte/R7 - 27.10.2023

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Em relação às alíquotas, está prevista a cobrança reduzida dos **tributos** sobre serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário e metroviário; produtos e insumos agropecuários; e produtos de limpeza, cuidado básico à saúde menstrual e higiene pessoal consumidos por famílias de baixa renda.

O relatório também prevê a redução dos poderes do Conselho Federativo, transformando-o em um comitê gestor; e limitações ao Imposto Seletivo.

**Site: <http://noticias.r7.com/brasil/senado-se-compromete-a-finalizar-analise-da-tributaria-nesta-semana-entenda-mudancas-e-impactos-04112023>**

# Meta fiscal indefinida compromete debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias no Congresso

**Brasília**

/  
**Bruna Lima, do R7, em Brasília**

A falta de um posicionamento único do governo sobre conseguir ou não perseguir a meta fiscal de zerar o déficit em 2024 tem gerado ruídos entre os parlamentares e prejudicado o andamento da discussão do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). A nova previsão para votar o texto é até o fim deste mês, o que pode inviabilizar a definição da Lei Orçamentária Anual (LOA) ainda em 2023. O cenário de incertezas gera temor entre deputados e senadores quanto às destinações de emendas parlamentares em ano eleitoral.

A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), convocou uma reunião com foco na leitura do relatório preliminar da LDO para a próxima terça-feira (7). O parecer final do relator, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), deve ser apresentado em 20 de novembro para apreciação até o dia 24, conforme cronograma acordado entre Fortes e articuladores da base do governo no Congresso.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Normalmente, o texto com as previsões financeiras é votado até julho no Congresso, mas, em razão do novo marco fiscal, houve uma flexibilização de prazo este ano. Pelo regimento, os parlamentares só poderiam entrar em recesso no meio do ano com a LDO aprovada, mas houve um acordo com a equipe do governo federal para deixar a votação para o segundo semestre, após a aprovação das novas regras fiscais, e com isso o Congresso entrou em recesso informal de duas semanas.

A previsão era de votar a LDO até 31 de agosto, o que não ocorreu. Quando o Executivo encaminhou o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), em agosto, e

com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevendo despesas fora da meta fiscal, o relator da LDO começou a defender uma alteração da previsão de gastos, com margens mais realistas.

"Desde o começo do ano, eu alerto que a proposta de orçamento do governo do Brasil era irreal. E poucas coisas são piores do que prometer o que não se pode cumprir. Um orçamento realista é fundamental para termos credibilidade. É isso que vai levar à queda nos juros e o aumento nos investimentos privados. Mais do que promessas, precisamos de resultados", afirmou Danilo Fortes.

A demanda do relator ganhou força após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dizer que "dificilmente" a projeção será mantida e que não há interesse em "cortar investimentos prioritários". Na última sexta (3), Lula reiterou o posicionamento ao indicar que "para quem está na Presidência, dinheiro bom é dinheiro transformado em obras, em estrada, escola, saúde".

A sinalização afasta a possibilidade de o Ministério da Fazenda congelar verbas não gastas como estratégia para garantir a meta fiscal. O chefe da pasta econômica, Fernando Haddad, insiste em tentar manter a projeção, e para isso quer adiantar medidas que só seriam tomadas a partir de 2024.

"O que eu puder fazer para que esse equilíbrio seja atingido, eu vou fazer, incluindo antecipar medidas de 2024 para 2023", declarou Haddad, que completou que, para isso, é "preciso apoio político" tanto do Congresso como do Poder Judiciário.

A expectativa, conforme a reportagem apurou com lideranças partidárias, é de envio por parte do Executivo de uma emenda com a alteração da meta. A sugestão de mudança deverá ser encabeçada por políticos da base do governo e incorporada ao relatório antes da votação. A principal hipótese, discutida entre a equipe econômica do governo e o relator, é de alterar de déficit zero para 0,5% do **PIB**.

Sem uma data prevista para concretizar a mudança e com o tema ainda sem o martelo batido dentro do

próprio Executivo, cresce a avaliação de que a votação da LOA pode ficar apenas para o próximo ano. A hipótese pode travar o pagamento de emendas parlamentares em ano de eleições municipais. Isso porque, sem a lei orçamentária aprovada, o governo precisa gerir os recursos de forma limitada, priorizando apenas despesas obrigatórias e a continuidade dos serviços fundamentais.

Além das leis orçamentárias, a agenda dos parlamentares para este fim do ano também conta com o compromisso de aprovar a **reforma tributária**, a proposta de taxação dos super-ricos e o projeto que regula e tributa as apostas esportivas.

Todas essas medidas são levadas em consideração para garantir a meta fiscal do governo federal e, caso não avancem com a rapidez necessária, também podem mexer com os cálculos da equipe econômica. Pacheco disse que o Congresso "buscará contribuir com as aprovações necessárias" para perseguir "o cumprimento da meta".

**Site:** <http://noticias.r7.com/brasil/met-fiscal-indefinida-compromete-debate-sobre-a-lei-de-diretrizes-orcamentarias-no-congresso-04112023>

# Marinha vai usar 120 embarcações e veículos na GLO

**MARCELO GODOY**

Era tarde de sábado, dia 4, quando 350 fuzileiros navais da Marinha embarcaram no navio patrulha oceânico Apa para Santos.

A tropa chegou ontem e, a partir de hoje, vai reforçar o combate ao crime organizado no maior porto da América Latina, o de Santos, de onde o Primeiro Comando da Capital (PCC) despacha cocaína para a Europa, África e Ásia.

A Operação Lais de Guia vai engajar, até 3 de maio de 2024, 1,9 mil militares da Marinha e 120 embarcações e veículos, como navios-patrulha, lanchas, blindados Piranha e carros lagarta anfíbios, iguais aos usados na ocupação do complexo do Alemão, no Rio, em 2010, além de viaturas blindadas leves para o combate ao tráfico de drogas e de armas nos três portos.

**INSPEÇÕES.** De acordo com o comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, a Força já faz inspeções navais de caráter administrativo na região dos portos. "A lei complementar, no que tange aos portos, nos confere uma atuação limitada de apoio logístico, de inteligência, de comunicação e de instrução. Então para que ocorra o emprego de tropas nessa área é necessário um decreto de GLO (Garantia de Lei e Ordem)." No Rio, vão atuar 750 fuzileiros navais, divididos nos portos do Rio e de Itaguaí. A Marinha também fará o patrulhamento das baías de Guanabara e de Sepetiba (RJ), além da inspeção das áreas portuárias em conjunto com a Polícia Federal. Os militares da Força Naval estarão embarcados e contarão com cães farejadores.

Segundo o comandante da área de operações, o vicealmirante (Fuzileiro Naval) Renato Rangel Ferreira, essa operação é diferente de outras já feitas pela Marinha "Esta Operação da Garantia da Lei e da Ordem tem dois aspectos que a diferenciam das anteriores. O primeiro é o que podemos chamar de uma GLO do Mar, pois acontece com ênfase no mar e nos portos, ao contrário de todas as outras que ocorreram. O segundo é o forte caráter interagências, pois só acontece com a cooperação e a participação da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, da **Receita Federal** e dos demais órgãos envolvidos com o controle dos portos."

Cooperação

GLO que começa hoje tem ênfase em portos, e na colaboração com as polícias e a **Receita Federal**

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Trincheira do reacionarismo

**Aline Brito , Giulia Luchetta (Especial para o Correio)**

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (Cpasf) volta, nesta semana, a pautar dois projetos de lei que prometem acalorar os debates na Câmara: o que institui a identidade civil do nascituro e o que pretende proibir a união poliafetiva. Na quarta-feira, o colegiado vai promover uma audiência pública para debater o poliamor, com presença do pastor Silas Malafaia.

Derivada da antiga Comissão de **Seguridade Social** e Família, a Cpasf surgiu no início de 2023 e, desde então, tem sido guiada pelas pautas de costumes. Em 8 de fevereiro, o colegiado aprovou mais de 240 projetos, muitos deles relacionados às questões previdenciárias, mas, também, às civis e sociais, como o que proibiu o casamento homoafetivo.

A intenção da presidência do grupo é votar todas as propostas, independentemente do caráter ideológico. Com isso, a Cpasf tem sido um dos colegiados que mais aprovam projetos de lei por sessão. Segundo o presidente, Fernando Rodolfo (PL-PE), "um projeto tem que ser votado de qualquer jeito e, mesmo que seja para arquivar, ele precisa ser pautado, não tem como zerar uma pauta que tem uma fila de mais de 300 projetos".

Entre os projetos de lei em tramitação na comissão, estão alguns que tratam de alienação parental, "cura gay", banheiro para transexuais, proibição da terapia hormonal de redesignação de gênero para crianças e adolescentes, além de poliamor e identidade civil do nascituro. Por ser formada, majoritariamente, por parlamentares ultraconservadores, os debates se tornam palco para discursos religiosos e ameaças de retrocessos em relação a direitos civis.

Dos 16 titulares, apenas três deputados são da base do governo.

Treze estão identificados com a extrema direita. Há ainda um bloco parlamentar representado pelos deputados de esquerda Henrique Vieira (PSol-RJ) e Erika Hilton (PSol-SP).

Essa formação tem favorecido o avanço de propostas conservadoras.

"Eles criaram uma trincheira de uma pauta de retirada de direitos, e essa trincheira é composta, inclusive, pela presidência da comissão. Eles encontraram o

espaço necessário para poder tomar de assalto a comissão.

A presidência e a maioria da comissão estão nas mãos da extrema direita", avaliou a deputada Erika Kokay (PT-DF).

"Muito se discute no Parlamento banheiro para pessoas trans, casamento de pessoas LGBT, aborto, e pouco se discute o combate à pobreza e à desigualdade socioeconômica no país. Esses debates de costumes são levantados pela ultradireita, que não tem o compromisso de enfrentar o principal problema do Brasil que é a desigualdade socioeconômica", pontuou a deputada Duda Salabert (PDT -MG), que comparece em algumas reuniões, ocupando a vaga destinada ao PDT.

Direitos civis

Sobre as pautas de costumes, o caráter inconstitucional de alguns projetos divide opiniões entre os integrantes da comissão.

No caso da proibição do casamento homoafetivo, deputados progressistas e especialistas apontam que a inconstitucionalidade reside em impedir direitos civis de um determinado grupo da sociedade, mas os parlamentares que votaram a favor da proibição discordam.

Na discussão sobre o poliamor e a identidade civil do nascituro, essa polarização sobre a constitucionalidade volta à tona.

"Nossa Constituição é muito acolhedora.

Projetos nesse sentido podem ser alvo de várias ações de inconstitucionalidade", observou Fernanda Carla Vidal Pereira, integrante do Cantelmo Advogados e especialista em direito civil.

Para a advogada, as leis precisam acompanhar a evolução da sociedade, e não o contrário.

"Não é a sociedade que se adapta ao direito, é o direito que se molda à sociedade. Melhor o poder público regulamentar do que gerar uma insegurança jurídica", argumentou Fernanda.

O projeto de lei que pretende proibir o casamento entre pessoas do mesmo sexo foi baseado no artigo 226 da Constituição, que define casamento como

união entre "homem e mulher". Essa interpretação literal do texto impulsionou a aprovação do relatório na Cpasf, mas o mesmo não deve se repetir em outras comissões pelas quais ainda deve passar, como a de Direitos Humanos, em que a maioria é formada por progressistas.

"A Constituição não pode ser interpretada exatamente ao pé da letra. É impossível um legislador colocar em um documento só, em um texto, todas as nuances da sociedade, tudo que a sociedade precisa. É muito difícil proibir considerando o pé da letra da Constituição", ponderou a advogada.

No caso da união poliafetiva, o debate tende a ser ainda mais acirrado. O formato de família composto por mais de duas pessoas, atualmente, é considerado crime pelo Código Penal, apesar de a prática se tornar cada vez mais comum no Brasil - alguns trisais já obtiveram autorização judicial para firmar contratos de união estável. "A composição de novas famílias tem sido analisada pelo direito civil e constitucional.

O civil tem que sair dessa camisa de ferro que vê as coisas muito tradicionalmente, é preciso ver que existem no Brasil outras realidades", avaliou Rubens Beçak, professor de direito constitucional e teoria geral do Estado da Universidade de São Paulo (USP).

O mesmo ocorre com as deliberações acerca da identidade civil do nascituro. O projeto prevê que o bebê tenha direitos reconhecidos desde a sua concepção, diferentemente do que estabelece a legislação atual, onde o ser humano é dotado de direito a partir do nascimento com vida.

A iniciativa tem o apoio do movimento pró-vida, mas preocupa os defensores dos direitos das mulheres, já que, na prática, pode dificultar, ou até mesmo impedir, a interrupção legal da gestação, como nos casos de estupro ou falta de perspectiva de vida extrauterina.

#### Influência religiosa

Muitas das pautas estão vinculadas a uma ideologia guiada pela religiosidade. A Cpasf é formada, em sua maioria, por membros autodeclarados cristãos.

Dos 32 integrantes titulares da Comissão, 19 são membros da Frente Parlamentar Evangélica (FPE) e 10 da Frente Parlamentar Católica (FPC).

Com 210 deputados, a FPE é um dos blocos mais numerosos da Câmara. A FPC, por sua vez, conta com 193 parlamentares.

Nas duas, os partidos conservadores têm peso significativamente maior do que os progressistas e, por

isso, conseguem dar o tom dos debates, assim como fazem na Cpasf.

Esse é um recorte da composição geral da Câmara, onde, de acordo com o Instituto de Estudos da Religião (Iser), dos 513 deputados, a maioria se autodeclara católica (45,81%), cristã (16,76%) ou evangélica (14,81%) - majoritariamente formada por parlamentares de direita: 73,3% dos declarados cristãos são conservadores, e 75% dos evangélicos se alinham à direita.

Essa composição se reflete no teor das discussões da Cpasf, onde a postura religiosa determina o rito de votação dos projetos. O relatório da proposta que proíbe a união homoafetiva, por exemplo, é carregado de citações bíblicas e da visão cristã do que é o casamento. O deputado Pastor Isidório (Avante-BA) é conhecido por aparecer no plenário com a Bíblia aberta nas mãos. Na última sessão que discutiu os direitos civis do nascituro, o deputado exibiu um cartaz com o versículo "Disse Jesus: "deixai vir a mim as criancinhas". Aborto não!".

A presença constante do discurso religioso dentro do Parlamento é vista como uma afronta à laicidade do Estado. "Desde 1989, após a promulgação da Constituição - que prevê o princípio da laicidade -, o Estado e a religião são coisas diferentes", contextualizou o professor Rubens Beçak. "Há uma confusão do púlpito religioso com a fala política. Não deveriam ser esferas que se misturam, e isso não é bom porque fere o princípio da laicidade. A mistura das pautas religiosas não faz bem para a democracia, é algo que deve ser combatido, porque é uma realidade e vem aumentando", completou.

Em minoria, progressistas apelam para obstrução

Com a composição desigual entre conservadores e progressistas, os membros da Comissão que se alinham à esquerda política se organizam para tentar barrar o avanço das pautas de costumes.

Os movimentos de obstrução são constantemente usados para empacar a votação desses projetos e a ala governista busca redistribuir esses assuntos para outras comissões, onde o conservadorismo é menos evidente.

"Nós fazemos uma obstrução, porque não é possível simplesmente achar que isso é normal e que é assim mesmo, não. Isso tem que ter um contraponto, que é o contraponto do direito, que é o contra o ponto da legalidade, da liberdade e a gente faz uma obstrução, que é instrumento de minoria", contou a deputada Erika Kokay.

O processo de obstrução é usado também para dar visibilidade às discussões e chamar atenção da sociedade para a retirada de direitos. "A partir dessa repercussão, a sociedade vai entendendo o que que tá em jogo, o que que tá em risco. Então a gente também dialoga com a sociedade, com a sociedade viva, com a sociedade que busca direitos, durante um processo de obstrução. Nessa Comissão, a gente vai buscar todos os instrumentos regimentais nessa perspectiva", assegurou a deputada.

O espaço da Comissão também se tornou um palco para os deputados produzirem conteúdo para as redes sociais, com intuito de mostrar às suas bases eleitorais o que tem sido feito pelas pautas que eles apoiam. Nesse sentido, alguns parlamentares se organizam para tentar frear essa onda em busca de visibilidade, que atrapalha o bom andamento dos debates realmente importantes para a sociedade.

"Eu irei apresentar um projeto de resolução para que os parlamentares não possam usar vídeos das reuniões em suas redes sociais. Justamente para que os parlamentares nas reuniões usem melhor o tempo e discutam, de fato, os projetos que devem ser discutidos e parem de desvirtuar o tema da reunião para assuntos que vão gerar engajamento em suas redes sociais.

Em algumas assembleias legislativas há essa resolução, e eu vou tentar para a Câmara dos Deputados também", assegurou Duda Salabert (PDT-MG). (AB e GL)

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/06/all.pdf>**

# Qual o caminho para garantir renda na aposentadoria?

**BEATRIZ PACHECO**

A população brasileira envelheceu a um ritmo recorde, segundo os dados do Censo Demográfico 2022 divulgado pelo IBGE. O país está cada ano mais próximo de uma realidade em que a população idosa ultrapassará a de jovens, o que põe em xeque seu modelo de financiamento da Previdência.

Por isso, volta a se fortalecer no mercado a pressão para revisão do sistema previdenciário público, passando a ser num modelo em que o indivíduo teria uma carteira privada de investimentos, que corresponderia a uma fatia de sua renda como aposentado.

-Há uma tendência de desequilíbrio no sistema de previdência pública, assim, qualquer mudança proposta necessitaria de uma menor dependência dos beneficiários (aposentados) em relação aos contribuintes (trabalhadores ativos) - diz João Morais, diretor de Previdência e Investimentos da Mercer Brasil.

Especialistas como Morais entendem que a tendência no Estado brasileiro é que a **previdência complementar** ganhe relevância para a garantia dessa renda. Quer dizer, o acúmulo de patrimônio individual arcaria com uma fatia dos proventos para a aposentadoria do cidadão, enquanto a outra parte seguiria a cargo do sistema público, como benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

Para a especialista em fundos de investimentos e fundadora da casa de análises Indê, Luciana Seabra, mais importante do que começar a acumular o dinheiro para a aposentadoria antes dos 20 anos é aplicar em juros compostos, que conferem eficiência aos rendimentos. Juros compostos são aqueles cujas taxas incidem sobre o patrimônio acumulado, em vez de recair sobre o montante inicial de investimento.

Há produtos atrelados à renda fixa com juros compostos, caso dos certificados de depósito bancário (CDB).

-Mas qualquer aplicação de mais de dez anos pode ser usada como fonte previdenciária - afirma Luciana. - Os produtos de previdência privada nada mais são do que fundos que protegem o investidor de uma mordida

maior do Leão (Imposto de Renda).

Considerada a tabela regressiva de tributação, após dez anos da aplicação em um fundo de previdência, a alíquota de Imposto de Renda que incide sobre os ganhos é de 10%.

Nenhum outro ativo tem imposto tão baixo no universo de investimentos tributáveis.

O MIX IDEAL Para Luciana, a "carteira ideal" de previdência privada deriva da seleção de no mínimo: um fundo de renda fixa de crédito privado, um fundo multimercado e um fundo de previdência de ações: -Já existem produtos previdenciários com aplicação mínima de R\$ 500, sem obrigação de aplicar todo mês. É possível adaptar a carteira ao tamanho do patrimônio.

Fundos de renda fixa, multimercados e cambiais entregaram rentabilidade maior que os de previdência entre janeiro de 2020 e setembro deste ano, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Mas só na previdência existem 23 tipos de fundos. Por isso, há também uma amplitude relevante das taxas de rentabilidade nesses produtos.

Os fundos do tipo "previdência renda fixa duração alta crédito livre", que podem ter mais de 20% do patrimônio líquido em títulos de dívida de médio e alto risco nos mercados doméstico ou externo, renderam em média 14,24% entre janeiro e setembro deste ano. Essas carteiras têm a melhor rentabilidade da classe em 2023.

Já os fundos "previdência balanceados acima de 49", ou seja, que devem ter acima de 49% da carteira em renda variável, tiveram a pior entrega média do ano na classe (3,2% no acumulado até setembro).

Em fevereiro deste ano, o Tesouro Direto lançou o RendA+, que, embora não tenha as mesmas vantagens tributárias, possui proposta similar aos produtos de previdência privada.

Na fase de acumulação, o investidor compra títulos que vencem a partir do ano que deseja receber a renda.

Nessa data, inicia-se um período de conversão de 20 anos, "em que todo o capital investido é transformado em 240 parcelas corrigidas pela **inflação**", explica Marcia Dessen, planejadora certificada pela Associação Brasileira de Planejamento Financeiro (Planejar).

O título, se mantido até o vencimento, é isento de taxa de custódia. Mas, para isso, o valor da renda mensal deve ser de até seis salários mínimos, conforme valor vigente no recebimento.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Governo federal quer que FGTS seja corrigido pela inflação

O governo federal vai propor ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) seja corrigido pelo IPCA, o índice oficial de inflação. A proposta prevê distribuição do lucro do fundo em todos os exercícios, a exemplo do que ocorre hoje de forma opcional. A ação é que vem assegurando aos trabalhadores um retorno maior do que a inflação.

Caso a distribuição de resultados não for suficiente para assegurar a correção do **FGTS** pelo IPCA em determinado ano, caberia ao Conselho Curador determinar uma forma de compensação para alcançar o índice. O formato está em uma apresentação elaborada por meio de um estudo da Caixa Econômica Federal, banco que opera o benefício. O estudo possui características solicitadas pela Advocacia--Geral da União (AGU) para dar subsídio ao ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, a respeito do tema.

A proposta cita também que o índice de correção da poupança, que tende a ser maior do que a inflação, pode servir como referência de meta para a remuneração global anual. Esse objetivo, contudo, não seria obrigatório. O compromisso maior, no entanto, seria com a atualização dos valores por 3% mais TR (Taxa Referencial), mais a distribuição do resultado.

Integrantes do governo afirmam que a correção obrigatória pela poupança prejudicaria os números do **FGTS** e traria como efeito colateral o fim do financiamento das faixas 1 e 2 do Minha Casa, Minha Vida.

O **FGTS** é usado como uma fonte barata de financiamento do programa habitacional, e membros do governo afirmam que assegurar uma remuneração maior aos trabalhadores teria como consequência o encarecimento do crédito às famílias para a compra da casa própria. Segundo dados do governo, 65% dos cotistas do fundo já financiaram ou estão com financiamento em curso para habitação.

Ação As centrais sindicais enviaram um ofício ao presidente do STF, Luís Roberto Barroso, solicitando o adiamento por mais 30 dias da retomada do julgamento da ação sobre revisão do **FGTS**, que estava previsto para a próxima quarta-feira (08/11). O objetivo é ganhar tempo nas negociações. O

julgamento começou em abril deste ano, mas foi interrompido após pedido de vista do ministro Kassio Nunes Marques. O ministro já devolveu a ação no dia 31 de agosto. A ação inicial questiona a constitucionalidade da correção do **FGTS**, fixada em 3% mais TR, o que não garante a atualização pela inflação. Em seu voto, Barroso defendeu que os recursos dos trabalhadores no fundo tenham pelo menos a remuneração da poupança. Atualmente, a caderneta de poupança rende 0,5% ao mês (ou 6,17% ao ano), mais a TR (taxa referencial).

Todos os anos, segundo o governo, cerca de R\$ 85 bilhões são retirados nas diferentes modalidades de saques do **FGTS**, como rescisão, saque-aniversário, aposentadoria e compra da casa própria. Além disso, os empréstimos concedidos aos trabalhadores são subsidiados com taxa de juros de cerca de 5% ao ano. A correção pela poupança representaria uma inversão da lógica da gestão do **FGTS**, que passaria a privilegiar a rentabilidade, deixando em segundo plano seu papel social de financiar investimentos em habitação, saneamento básico e infraestrutura.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/06-11-2023-edicao24696/>

# Foco na reforma tributária

**Ândrea Malcher**

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve votar amanhã a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da **reforma tributária**.

A expectativa é de que o texto, relatado por Eduardo Braga (MDB-AM), uma vez aprovado no colegiado, siga para análise do plenário.

Braga apresentou um substitutivo, uma versão alternativa à matéria aprovada na Câmara, no fim de outubro e o senador acredita que o texto ainda possa sofrer alterações, tendo em vista que foram apresentadas pelo menos 700 emendas. "Não dá para dizer que tem acordo. Ainda vai haver muita discussão. É uma matéria que tem muitos interesses.

É uma votação que esperamos obter êxito, mas ainda está em um processo de construção", comentou ele.

Durante o feriado de finados, Braga e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniram para debater "ajustes finos sobre o texto apresentado".

Último item do pacote econômico enviado pelo governo ao Congresso, a **reforma tributária** tem gerado desconfortos em diversos setores. Um dos pontos sensíveis é um possível aumento na quantidade de exceções à alíquota padrão que será criada para a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O novo desenho tributário, entre outras alterações, extingue cinco **impostos**, como o ICMS, que é estadual, e o ISS, municipal, e cria um único tributo: o IBS.

O volume de repasses da União ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) também aumentou no parecer de Braga, indo de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões anuais, a partir de 2034.

Lula

Com as alterações à PEC feitas pelo Senado, o texto, após aprovação em plenário, retorna para a análise da Câmara dos Deputados, o que vai demandar mais uma rodada de articulações do governo.

A equipe econômica de Lula negociou que o Congresso segurasse o Orçamento de 2024, em prol da aprovação **reforma tributária** e do marco fiscal. O presidente já deixou claro que "difícilmente" será

possível zerar o deficit nas contas públicas no próximo ano, meta estabelecida no arcabouço. Haddad, por sua vez, trabalha para cumprir a meta.

Ontem, ao ser questionado sobre a meta fiscal durante uma coletiva de imprensa no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Lula se esquivou: "Meta fiscal você me pergunta segunda-feira. Hoje é dia de Enem".

Porém, ironizou os críticos de sua política econômica ao abordar a participação de idosos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). "Hoje, li a notícia de que um senhor de 60 anos está inscrito porque ele quer terminar engenharia.

Quem sabe qualquer dia desses eu me inscrevo para fazer um curso de economia.

Porque, todo mundo é muito sabido de economia.

Economista é a pessoa mais sabida do mundo. Quando a gente está na oposição, a gente sabe tudo, quando a gente está no governo, a gente desaprende e as coisas não aparecem com muita facilidade", brincou Lula.

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Votação da **reforma tributária** mobiliza senadores nesta semana

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/06/all.pdf>

# Ambiente de negócios segue desafiador (Editorial)

O setor de alimentos e bebidas brasileiro tomou um susto nos últimos dias com o pedido de recuperação judicial da SouthRock, que controla as marcas Subway, Starbucks, TGI Friday's e Eataly no Brasil. No pedido, inicialmente negado pela Justiça, a companhia afirmou que deve R\$ 1,8 bilhão e citou os "atuais desafios e condições de mercado". A situação acendeu um alerta para os desafios enfrentados pelas empresas e mostra que o ambiente de negócios segue desafiando gestores e companhias.

Passado o susto, o mercado se debruçou sobre a situação da SouthRock e respirou - com certo alívio. Afinal, uma dívida bilionária como a que a controladora da Starbucks acumulou não surge por acaso. Exige uma combinação de má gestão, erros de cálculo e confiança excessiva. A gota d'água para o pedido foi uma notificação, por parte da Starbucks norte-americana, matriz global da rede de cafeterias, de rescisão do direito de uso da marca no Brasil devido ao atraso nos pagamentos pelo licenciamento.

No pedido de recuperação judicial, a SouthRock também citou "a crise econômica resultante da pandemia, a **inflação** e a permanência de taxas de juro elevadas" - três situações que vêm sendo inegavelmente controladas, ainda que com certa turbulência política.

Mas apesar dos erros de rota que levaram a empresa à bancarrota, a altíssima cifra também é um reflexo das barreiras que a SouthRock enfrenta no país.

Afinal, não é segredo para ninguém que o ambiente de negócios brasileiro é altamente desafiador. Além de uma seríssima insegurança jurídica, com mudanças de regras ao sabor dos ventos, tem uma complexa carga tributária, uma burocracia extensa e um momento de instabilidade econômica, provocada por uma alternância entre a apreensão desnecessária e a euforia exagerada, que ocorrem desde antes de o ministro Fernando Haddad assumir a gestão da Fazenda - e se agravaram após a posse dele.

Nesse cenário, uma das chaves para descomplicar o ambiente de negócios é a aprovação da reforma tributária, discutida há anos no Brasil, e, atualmente, em tramitação no Congresso. Não que seja o único problema, mas a carga tributária brasileira é notoriamente complexa, com uma infinidade de

**impostos**, taxas e contribuições que tornam a gestão financeira das empresas um desafio constante. A simplificação e a redução da carga tributária são medidas urgentes para tornar o país mais atraente para investidores nacionais e estrangeiros.

Além disso, a burocracia excessiva desencoraja os negócios. Processos demorados para abrir empresas, contratar funcionários e cumprir obrigações fiscais consomem tempo e recursos preciosos. Uma reforma que simplifique os procedimentos e torne mais eficiente a relação entre as empresas e o Estado é fundamental para estimular o empreendedorismo e o crescimento econômico.

O desafio do ambiente de negócios no Brasil é real e complexo, mas não insuperável.

A SouthRock não é a única empresa a enfrentar dificuldades nessa frente, e essa situação não deve ser vista como um caso excepcional. Independentemente do cenário mais complexo em que a controladora da Starbucks está envolvida, muitas empresas, em diferentes setores, estão lidando com os mesmos desafios na frente tributária.

O caminho para uma solução para esse ambiente desafiador passa justamente pela aprovação da **reforma tributária**, capaz de descomplicar o cenário empresarial e atrair investimentos. Também é crucial que o governo e o setor privado trabalhem juntos por melhorias. Isso significa não apenas reduzir a carga tributária e simplificar a burocracia, mas também resgatar a confiança, fundamental para o crescimento econômico. Essa situação estável só será conquistada com reformas estruturais consistentes e políticas públicas que promovam um ambiente mais amigável e previsível para os negócios.

Site:

<https://edicao.correiobrasiliense.com.br/correiobrasiliense/2023/11/06/all.pdf>

# Impacto da reforma tributária nas atividades econômicas - CAPITAL S/A

## CAPITAL S/A

A cada aumento de 1% na carga tributária sobre o consumo pode-se desencadear uma queda da atividade econômica de 0,213%, de acordo com o conceito de elasticidade (quanto a variação de um indicador afeta outro). No contexto do setor terciário (serviços), essa majoração tributária pode gerar impactos significativos, com uma redução de 0,49% no faturamento do turismo, 0,34% no varejo e 0,35% nos serviços. O estudo da CNC foi realizado para medir o impacto real na atividade econômica caso o texto do relator da **reforma tributária** no Senado seja aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo governo federal sem alterações.

## Alerta

"Nossa preocupação é que esse aumento prejudique não apenas o ambiente de negócios, como também o desenvolvimento econômico nacional e regional", afirma o presidente da CNC, José Roberto Tadros.

## Perda do **PIB** para o DF

As estimativas da CNC estão alinhadas com pesquisas da USP e do Ipea. Elas identificaram que os estados da região Norte podem perder competitividade na atração de investimentos em relação a outras regiões do Brasil. E perda de **PIB** para o Distrito Federal e estados do Norte.

## Maior IVA do mundo

"O Brasil, que já possui um sistema tributário complexo e uma das maiores cargas tributárias do mundo, poderá, após a reforma, superar a Hungria e se tornar o país com o maior Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) global, com uma alíquota que poderá atingir níveis inéditos", alerta o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

## Grupo Mulheres do Brasil vai ao STF por licença-paternidade

O Grupo Mulheres do Brasil, presidido pela empresária Luiza Trajano, solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a participação como "Amicus Curie" na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 20, que aponta a demora do Poder Legislativo em

regulamentar a licença-paternidade no Brasil.

O pedido foi deferido pelo relator, ministro André Mendonça. Isso significa que o grupo ingressou formalmente no processo e poderá auxiliar a Corte no julgamento, fornecendo subsídios para o melhor enfrentamento da questão constitucional. O julgamento está previsto para quarta-feira (8), ocasião em que será feita uma sustentação oral no plenário do STF, defendendo a urgência da regulamentação da licença-paternidade.

## Benefício à sociedade

O GMB também faz parte da Coalização Licença-Paternidade. A colíder do colegiado, a advogada Carol Caputo, que assina a peça em nome do grupo afirma que "a regulamentação interessa aos pais, que criam mais vínculos com seus filhos; às mães, que passam a dividir melhor a responsabilidade pelos cuidados; à sociedade de um modo geral, em razão da diminuição das taxas de evasão escolar feminina e - por óbvio - aos próprios filhos, que se beneficiam dessa dupla presença".

## Mobilização

O GMB, criado em 2013, atualmente é composto por quase 120 mil mulheres, na grande maioria empresárias, para fomentar a adoção de políticas afirmativas e eliminar as desigualdades de gênero e raça. O núcleo no Distrito Federal é presidido pela empresária Janete Vaz.

## União pelo setor produtivo

O presidente da Fecomércio/DF, José Aparecido Freire, fez questão de prestigiar a posse do presidente da Fibra/ DF, Jamal Bittar, como vice-presidente executivo para Região Centro-Oeste da CNI. O evento, na semana passada, reuniu autoridades locais e federais em Brasília. O empresário baiano Ricardo Alban tomou posse como novo presidente da Confederação.

## Acessórios artesanais do Quênia na Zinc

O embaixador da República do Quênia, Lemarron Kaanto, ao lado da empresária Flávia Oliveira, abriu uma exposição de acessórios típicos do país africano

na loja Zinc. A iniciativa inédita surgiu da parceria da Embaixada com a grife para promover o trabalho artesanal e a independência financeira das mulheres nativas.

"A experiência vai expandir a visão do público e dar visibilidade ao trabalho incrível realizado por elas, como a da tribo Massai localizada no Quênia", contou Flávia. Todas as peças estarão à venda até o fim do estoque.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/06/all.pdf>**

# Futuro hipotecado (Editorial)

Um dia após ter apresentado o parecer da **reforma tributária**, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) afirmou que as mudanças que havia proposto não serão suficientes para angariar os votos necessários para aprová-la. O relator disse que o governo, ao concordar com o aumento dos repasses do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) de R\$ 40 bilhões para R\$ 60 bilhões, "já aceitou dar o primeiro beijo" e passou o sinal de que cederá ainda mais. Deixando à parte a infeliz metáfora mencionada pelo senador, as discussões sobre a **reforma tributária** dizem muito sobre o País.

Numerosos regimes especiais foram criados ao longo do tempo para conferir vantagens aos mais variados setores econômicos sem que houvesse uma análise prévia ou póstuma dos custos e benefícios de cada uma dessas medidas.

Cada segmento beneficiado reduziu a capacidade de arrecadação da União, dos Estados e dos municípios, que há anos não conseguem dar conta de suas despesas. Ainda assim, o Senado quer criar uma trava para manter a carga tributária no mesmo nível dos últimos dez anos e impedir medidas que resultem em receitas mais elevadas.

Na conjuntura atual, a conta simplesmente não fecha e, se depender das negociações sobre o texto final da reforma, jamais voltará a fechar. Sabe-se que não é exatamente assim, mas a tônica das discussões expressa uma preocupação com o imediato e um menosprezo às implicações que essas concessões terão no futuro. Só isso explica declarações como a de Braga, para quem um fundo de R\$ 60 bilhões em 2043 representa uma "miserabilidade", e a do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para quem o incremento de R\$ 20 bilhões neste mesmo fundo seria "pequeno e sustentável".

Nem o senador nem o ministro devem realmente acreditar no que disseram, mas suas declarações reforçam o quanto as negociações sobre o texto final estão pautadas pela estrita perspectiva do presente. Em 20 anos, Haddad não será o ministro da Fazenda, e não caberá mais a ele encontrar formas de reduzir o déficit público. Com 40 anos de vida pública, o senador, segundo suas próprias palavras, terá "virado pó" em 2043.

Não parece haver ninguém disposto a impedir as escolhas erradas prestes a serem feitas neste momento e que afetarão um futuro longínquo. Ora,

quem escolhe seguir a vida pública não pode pensar apenas em votos ou apoio político na próxima eleição. Não pode perder de vista a dimensão do futuro, pois propõe mudanças e compactua com concessões em nome de uma sociedade que ainda não tem como se defender.

Também por isso a **reforma tributária** é uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). Seu texto, uma vez aprovado, passará a ser parte da Carta Magna e produzirá efeitos por muitos e muitos anos. Esta não é, nem nunca foi, a reforma do governo Lula ou a reforma desta legislatura. É uma reforma que nos encaminha para o País que queremos ser.

Nunca houve um momento político mais favorável do que este à aprovação de uma **reforma tributária**. Por isso mesmo, a chance de acabar com o manicômio tributário não pode ser desperdiçada.

O esgotamento do modelo anterior, reconhecido por todos, está por trás do declínio da indústria, da queda da produtividade, da redução dos investimentos e do baixo crescimento econômico.

A sociedade pagou um preço muito elevado por esses erros e não pode repetilos nem legá-los às gerações futuras.

A votação da reforma na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado deve ocorrer entre os dias 7 e 9 de novembro. Depois, seguirá para o plenário e ainda terá de voltar para a Câmara.

Logo, ainda há tempo para aprimorar o parecer que será submetido aos senadores.

Afinal, em um modelo que acaba com a cumulatividade de **impostos** e que garante a recuperação de créditos ao longo da cadeia, tratamentos especiais e alíquotas reduzidas podem e devem ser exceções, não a regra.

Atualizar os estudos que estimam a alíquota padrão para manter a arrecadação pode contribuir para trazer de volta alguma racionalidade neste debate.

Quanto mais próxima ela estiver do patamar de 30%, maior será a necessidade de rever as exceções.

## Notícias Relacionadas:

O ESTADO DE S. PAULO  
Futuro Hipotecado

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Apoio evangélico a Lula vai depender da guerra e da economia

**MARLEN COUTO**

Ministro nos primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (Educação, Relações Institucionais e Justiça), Tarso Genro (PT-RS) vê um cenário mais árido para o presidente governar no terceiro mandato, em meio à fragmentação do Congresso. Mesmo com o desafio adicional, o também ex-governador do Rio Grande do Sul afirma, em entrevista ao GLOBO, que o aliado tem conseguido, com "ambiguidades e contradições", manter a estabilidade de sua base. Ela será, agora, posta à prova em votações da agenda econômica, como a da **reforma tributária** e de projetos para aumentar a arrecadação. A retomada da economia, assim como o desempenho de Lula no conflito entre Israel e Hamas, avalia Tarso Genro, será crucial para o governo ampliar seu apoio e ter adesão de segmentos que não optaram pelo petista nas eleições de 2022, como os evangélicos.

O senhor já afirmou que o terceiro governo Lula é mais difícil do que os anteriores do presidente na relação com o Congresso. Qual a diferença?

É muito pior. Houve uma profunda deformação do sistema político e da representação parlamentar. Hoje, o Parlamento poderia ser composto por seis ou sete blocos. Tem separações, fragmentações. Isso permite que se criem forças novas dentro do Congresso que não só não têm experiência política como têm desejos imediatos de poder a qualquer preço. Nesse vazio de autenticidade, surge uma figura como (Jair) Bolsonaro.

Lula lida com esses elementos reais do Congresso para existir governabilidade. Você me pergunta, "você gosta disso?". Não. A visão que tenho de democracia é completamente diferente. Agora, eu me pergunto também: se eu fosse presidente, eu seria obrigado a fazer isso? Possivelmente, sim, senão não poderia governar. Lula está conseguindo, com essas ambiguidades e contradições, manter estabilidade de uma base que agora tem que partir para estabelecer uma conexão entre a **reforma tributária**, as desonerações de vários setores e o aumento da arrecadação para o país poder funcionar no ano que vem. Esse é o dilema.

E qual deve ser o limite nessa concessão? O governo fez uma mudança na Caixa (indicando um aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira), central para

políticas sociais...

Quando os limites entre a moralidade política e as necessidades de Estado se diluem, o limite é a lei. Hoje, no Brasil, os limites tradicionais entre moral e política, que ocorrem em qualquer Estado e democracia, estão muito diluídos, à medida que, nitidamente, por exemplo, os dois presidentes das Casas dizem para o presidente da República: "se tu não dá isso, nós não votamos".

Qual o desempenho do governo até aqui?

O presidente orientou seu governo em cima de três temas nesse primeiro ano: o arcabouço fiscal, uma nova política externa e o combate à fome e à miséria absoluta. É um programa inicial e essencial para encaminhar outros assuntos. Diria que a questão da política externa está exemplar, o combate à fome e à miséria absoluta está em andamento e que nós temos de desatar o nó do arcabouço fiscal. E desatar o nó não é instalar o modelo neodesenvolvimentista, mas fazer a democracia liberal funcionar e fazer funcionarem os pressupostos de proteção social da Constituição. Se chegarmos a esse patamar, vai ser um governo de sucesso.

Para isso, é importante o governo manter a meta de zerar o déficit fiscal?

Se tecnicamente significa déficit zero ou um pouquinho mais ou menos, só os técnicos vão poder dizer.

Mas tem que perseguir, é o que gera expectativas. Em uma economia globalizada, dominada pelos interesses rentistas, a expectativa do que vai ser o futuro é fundamental para mobilizar as energias econômicas e financeiras do país. (O ministro da Fazenda, Fernando) Haddad está correto. Ele tem que dizer o que disse mesmo: "vou perseguir equilíbrio fiscal". Não é um problema de querer ou não, é isso que gera estabilidade para governar e para se alcançar uma situação de desenvolvimento estável no país.

A atuação de Haddad o credencia para ser o candidato em 2026 ou é mais provável uma tentativa de Lula se reeleger?

Acho, sinceramente, que o Lula não vai ser candidato.

Tem vários nomes e não, necessariamente, tem que ser do PT. Tem que ser uma pessoa com capacidade para liderar uma frente e, dentro desses nomes, é claro que o Haddad é qualificado. Mas acho que indicar ou sugerir seu nome nesse momento não presta um serviço nem para o Haddad nem para o governo.

O governo vai conseguir se aproximar de setores refratários ao PT, como os evangélicos?

Parece estranho, mas vai depender dos resultados da guerra (entre Israel e Hamas), do respeito internacional do Brasil. Do que resultar dessa guerra, para o bem para o mal, os governantes vão ser lembrados. O que fizeram em relação à guerra?

Somos um continente pacífico no que se refere às relações internacionais. Veja que o (Javier) Milei (candidato da ultradireita na Argentina), que apresentava uma serra elétrica como símbolo de sua campanha, está caindo porque não tem credibilidade. Vai depender também da reação da economia no ano que vem. Se essas duas questões fluírem de maneira adequada para o governo, vão influir de maneira poderosa na consciência média da população brasileira.

Serão oportunidades de reconquistar setores religiosos que estão disponíveis para um certo diálogo.

O presidente ainda não anunciou sua escolha para o STF. O que explica a demora?

Lula tem um governo com um sistema de alianças muito complexo. Dentro do governo, inclusive, tem ex-bolsonaristas, não só no primeiro escalão. É um sistema hostil a uma autenticidade, que é pragmático para determinado período e tarefas. Quem detém as informações mais preciosas de quando se mover, para onde se mover, é o próprio presidente.

O presidente deve adotar como critério a escolha de uma mulher para a vaga da ministra Rosa Weber?

Não é o primeiro critério, e sim qual o sentido republicano que o presidente quer dar ao Supremo com esse novo ministro, que vai influir nas decisões do tribunal. Esse (gênero) não pode ser o critério predominante porque o Supremo é uma estrutura universal com o dever de convergência de direitos em decisões públicas de proteção desses direitos, sejam eles quais forem, direitos dos trabalhadores, das mulheres e assim por diante.

O senhor já foi ministro da Justiça e defende criar um Ministério da Segurança Pública. Por quê?

Não se separa mais hoje a segurança pública da segurança de Estado e da nacional.

Existe uma interligação global que vem pelos fluxos financeiros legais, dentro do sistema financeiro internacional, e um conjunto de fluxos financeiros ilegais, clandestinos, que passam pelo contrabando de armas, pelo trânsito ilegal de pessoas, garimpo...

Esses fluxos são os que financiam a criminalidade também dentro do território.

As milícias estão aí para comprovar isso. Temos que mudar o nosso conceito de segurança pública.

Como deve funcionar essa nova pasta?

Defendo que componha com o gabinete do presidente um conselho de segurança do Estado, como nos EUA, para harmonizar a estrutura de segurança. Se isso não acontecer, vamos enxugar gelo. Não adianta reprimir as milícias e prender intermediários. São substituíveis.

Temos que ter uma visão integrada. O ministério tem que desenvolver um trabalho extensivo e em profundidade para a segurança cidadã, desde a qualificação de policiais até as relações com as comunidades através dos conselhos municipais e regionais de segurança para se ter uma ofensiva contra a criminalidade em todos esses níveis. A segurança da paróquia não se resolve só dentro da paróquia.

Tem que ter laços nacionais, federativos, e globais.

Como avalia o formato de GLO em portos e aeroportos anunciado pelo governo para lidar com a crise no Rio?

A decisão está apropriada e tem caráter provisório. As Forças Armadas podem prestar ações de apoio nas fronteiras e no controle do tráfego em determinadas regiões, mas não têm que entrar nos combates da segurança pública.

"Lula está conseguindo, com ambiguidades e contradições, manter estabilidade da base" "Defendo (um novo ministério) que componha com o gabinete do presidente um conselho de segurança do Estado, como nos EUA, para harmonizar a estrutura de segurança"

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Reforma tributária deve ir a votação no Senado

**Marcelo Ribeiro, Caetano Tonet e Rafael Bitencourt**

Após cerca de três meses de intensas negociações, o Senado deve analisar nesta semana o parecer de Eduardo Braga (MDB-AM) sobre a reforma tributária. A expectativa do emedebista e de outros integrantes da Casa comandada por Rodrigo Pacheco (PSDMG) é que o texto avance na terça-feira na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado e que receba o aval da maioria dos senadores no plenário até o final da semana.

Em função de alterações em relação ao relatório aprovado pelos deputados em julho, o projeto retornará para uma nova apreciação da Câmara. A construção do parecer de Braga foi acompanhada de perto pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da proposta na Casa presidida por Arthur Lira (PP-AL). O objetivo é garantir que o texto avance com mais celeridade quando retornar do Senado para uma nova análise.

Segundo apurou o Valor, assim que Braga apresentou formalmente o parecer, a equipe de Ribeiro voltou a se debruçar sobre o tema.

A iniciativa ocorre para que tenham uma estratégia definida e bem embasada para colocar em campo logo após os senadores concluírem a aprovação.

A ideia do parlamentar paraibano é, assim que a proposição retornar à Câmara, fazer uma maratona de reuniões com bancadas partidárias e temáticas, ouvir novamente os setores e elaborar um novo parecer o mais rápido possível. O objetivo é garantir a conclusão de pelo menos uma parte da reforma pelas duas Casas ainda neste ano.

O texto consta em uma lista de prioridades do governo defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em uma reunião com ministros na sexta-feira no Palácio do Planalto.

Um dia antes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu o relator da reforma no Senado para uma reunião, na qual fizeram uma análise ponto a ponto do parecer. Braga saiu otimista do encontro. "Estamos muito otimistas que na semana que vem, a partir do dia 7 na CCJ e dia 8 e 9 no plenário Senado, nós estaremos de deliberando a reforma tributária

confirmando um compromisso que assumimos", afirmou o relator.

Depois da conversa com o chefe da equipe econômica, Braga defendeu que o Senado não aumente o número de exceções. "O Senado, metricamente, fez a redução de algumas exceções e incluímos algumas que são absolutamente necessárias, entre elas saneamento público", declarou.

"Estabelecemos a revisão dos benefícios a cada cinco anos", complementou o senador.

No mesmo dia, Haddad afirmou que as exceções incluídas no Senado representam um aumento de 0,5 ponto percentual na alíquota do novo imposto, podendo chegar a 27,5%.

Depois do encontro com Braga, o ministro destacou que, em relação à alíquota atual, haverá queda para a maioria dos setores.

"Nada é perfeito, mas à luz do que nós temos, o salto de qualidade que nós vamos dar em relação ao sistema tributário atual, eu penso que é inestimável".

"Nada é perfeito, mas o salto de qualidade é inestimável" Fernando Haddad

## Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Reforma tributária deve ir a votação no Senado

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF

Reforma tributária deve ir a votação no Senado

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231103/>

# Posicionamento do IBRAM sobre a reforma tributária (PEC 45) no setor de mineração

O Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), principal porta-voz da indústria mineral, reafirma o apoio à **reforma tributária** em discussão e em tramitação no Senado Federal e a considera fundamental para acelerar o ritmo de crescimento e trazer racionalidade fiscal à economia. Contudo, o IBRAM destaca que o texto da PEC 45 precisa de ajustes, pois temas alheios à reforma inseridos na proposta vão em sentido contrário aos princípios que a nortearam e, assim, vão gerar insegurança jurídica, **inflação** e inibir a atração de investimentos para setores estratégicos, especialmente à transição energética, para a qual os minerais críticos têm papel preponderante.

No caso da mineração, estudos da consultoria EY (Ernst Young) constatam que o Brasil apresenta a maior carga tributária total para 72 principais substâncias minerais.

As principais questões envolvendo a PEC 45, na visão do IBRAM, são:

1- A imposição de Imposto Seletivo para a mineração no Art. 753 irá resultar em **inflação**, aumento da carga tributária e fuga de investimentos do Brasil, acrescentando-se que significará um benefício aos países concorrentes em mineração, especialmente a Austrália. A medida proposta representa um desestímulo a investimentos no Brasil, diminui a competitividade da mineração brasileira o que acarretará na restrição ao crescimento econômico.

2- O Imposto Seletivo vai na contramão das tendências globais, ou seja, de incentivar a pesquisa e a produção em maior escala dos minerais críticos para a transição energética e para viabilizar a economia de baixo carbono. Isso porque inexistente fonte de energia limpa e renovável que não demande minerais em seu desenvolvimento e em sua operação. O Brasil pode, mais uma vez, perder a janela de oportunidade da alta demanda por minerais críticos para a transição energética.

3- Em nenhum país do mundo minérios são objeto de Imposto Seletivo.

4- O argumento proposto para a cobrança do Imposto Seletivo - impacto ambiental da atividade mineral - já é objeto da Compensação Financeira pela Exploração Mineral - CFEM que está prevista na Constituição de

7988, em seu Art. 20, § 7º, e, portanto, não se justifica.

5- O Art. 736, que mantém as contribuições estaduais para fundos de infraestrutura, deve ser suprimido, pois, além de duramente questionados no STF quanto à sua constitucionalidade, tais fundos oneram produtos primários, semielaborados e as exportações, tudo oposto ao que a reforma precisa resolver, resultando em aumento da carga tributária e perda de competitividade.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/20231103/>

# Lula tenta aparar arestas no Senado e se reunirá com líderes na quarta-feira

Após uma série de reveses no Senado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentará nesta semana aparar algumas arestas na Casa e se reunirá com líderes da Casa na próxima quarta-feira, um dos objetivos do encontro é ajustar o caminho para a aprovação da **reforma tributária** e de nomes indicados à diretoria do Banco Central. A reunião será nos moldes da que foi feita com líderes da Câmara na semana passada.

O encontro com senadores acontece após o presidente decidir entrar em campo para evitar acumular novas derrotas na Casa. Na semana passada, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, pediu a suspensão dos nomes aprovados para ocupar vagas no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os senadores também reprovaram a indicação de Lula para a chefia da Defensoria Pública da União.

Na sexta-feira, Lula e Pacheco se reuniram no Palácio da Alvorada em um primeiro passo do Executivo para discutir a relação com os senadores. O encontro também ocorreu em meio a trocas de farpas públicas entre a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, e Pacheco.

No encontro com lideranças do Senado, a expectativa é que o governo federal também apresente a lista de projetos que precisam ser aprovados para aumentar a arrecadação do governo. O pedido de colaboração também foi feito aos deputados.

O governo discute enviar ao Congresso Nacional uma mensagem para modificar a meta de déficit zero das cotas públicas após o próprio Lula declarar que dificilmente o país vai concretizar a promessa. As discussões neste momento sugerem uma meta de déficit de 0,25% ou 0,5% do **PIB**, algo que varia até R\$ 50 bilhões de rombo.

Parte do governo defende a concentração de esforços na aprovação pelo Congresso Nacional dessas matérias que aumentam a receita da União antes da discussão sobre a alteração da meta. O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, já defendeu publicamente a estratégia.

- Não faz sentido a gente fazer qualquer discussão sobre meta fiscal antes de concentrarmos o nosso trabalho nas medidas que garantem ampliação da arrecadação [...] O plano do governo é estar

concentrado nesse momento em aprovar as medidas que ampliam a arrecadação e fazem justiça tributária no país, e com isso consolida o ambiente macroeconômico que vem provocando a queda de juros no país [...] Desde outubro eu tenho dito que esse governo vai continuar perseguindo o esforço de ter aquilo que já encaminhou para a LDO que é o déficit zero no país.

Padilha tem tratado semanalmente com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a aprovação dessas pautas. Um dos textos é a medida provisória (MP) que aumenta a tributação de grandes empresas que possuem benefícios fiscais de ICMS, que pode render até R\$ 35 bilhões ao governo no ano que vem e é considerado um dos principais para garantir a manutenção da previsão de déficit zero.

O texto, no entanto, segue travado na Câmara apesar dos apelos de Lula. Um dos motivos é a pressão de parlamentares do Centrão para a distribuição de cargos na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). O governo, no entanto, tem expectativa de que o texto comece a ser discutido pelos deputados ainda nesta semana, mas o cenário ainda é incerto.

Além disso, os senadores devem votar neste mês a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que limita decisões monocráticas e pedidos de vista no STF. O texto foi aprovado em 42 segundos na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Nessa semana o Senado deve finalizar as cinco sessões de discussão da matéria para então analisar mudanças e dar continuidade à votação. Em seguida, a Casa quer avançar com o projeto que estabelece mandato para ministros da Corte.

O Executivo teme o risco de essas pautas criarem atritos entre os Poderes, conturbando o cenário político e dificultando o andamento de temas que podem ter impacto positivo na imagem do governo.

Há, ainda, a expectativa pela votação da **Reforma Tributária** na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na terça-feira, antes de ir para o plenário do Senado. O relator do texto, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) apresentou o substitutivo da proposta no final do último mês, mas avalia que o texto ainda pode sofrer alterações.

Lula ainda precisa resolver sua indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF), nome que precisará ser aprovado pelos senadores. A rejeição pela Casa a nome de Igor Roque para a DPU foi entendida como um recado de emparedamento mais claro ao governo. Parlamentares de oposição usaram a derrota para reiterar que uma eventual indicação do ministro Flávio Dino para a vaga também não seria aprovada. Há, ainda, a expectativa pela decisão do novo Procurador-Geral da República, vaga aberta desde o dia 26 de setembro com o fim do mandato de Augusto Aras.

Lula ainda deve ver o Congresso Nacional discutir sobre os seus vetos ao texto do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, tese já considerada inconstitucional pelo STF e ponto sensível para o governo. A tendência é que os vetos de Lula sejam derrubados pelos parlamentares. A sessão para a análise de vetos está marcada para a próxima quinta-feira e o assunto pode acabar entrando na pauta.

Os contratempus na relação com o Senado vieram após um início de ano em que a base apoiou a reeleição de Pacheco para a presidência da Casa. No curso do mandato, no entanto, o Planalto estreitou relações com a Câmara, movimento turbinado com a entrega do comando da Caixa Econômica para um nome indicado pelo Centrão, com o aval do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Nos bastidores, senadores cobram espaço. Um dos objetivos é ampliar o domínio sobre as verbas do antigo orçamento secreto, hoje em poder dos ministérios, com indicação franqueada a parlamentares.

**Site:**

**<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/11/06/lula-tenta-aparar-arestas-no-senado-e-se-reunira-com-lideres-na-quarta-feira.ghtml>**

# Decisão do TRF-3 favorece seguradoras em disputa de bilhões de reais contra o Fisco

*Joice Bacelo De São Paulo*

Uma decisão da vice-presidência do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), com sede em São Paulo, pode mudar o rumo de uma briga de bilhões de reais travada entre empresas de seguros e o Fisco: PIS e Cofins sobre rendimentos decorrentes dos "ativos garantidores".

Trata-se da reserva técnica que precisa ser mantida pelas seguradoras para garantir a indenização dos clientes. Essas empresas precisam ter capital investido e esse investimento gera rendimentos.

A Fazenda Nacional considera que a constituição dessa reserva técnica faz parte da atividade operacional das seguradoras e, por esse motivo, cobra PIS e Cofins sobre os rendimentos.

Já os advogados das empresas discordam. Dizem que as seguradoras vendem seguros - essa é a atividade das companhias - e somente o que recebem dos clientes poderia ser tributado. "O ativo garantidor decorre do cumprimento de uma obrigação regulatória", frisa Maurício Faro, do escritório BMA, que atua para o setor.

Há discussões acaloradas - e com muito dinheiro envolvido - sobre esse tema na Justiça. As empresas, em geral, não vão bem. No TRF-3, que concentra esses casos, existem reiteradas decisões pela cobrança dos **tributos**.

O vice-presidente do tribunal, desembargador Antonio Carlos Cedenho, está dizendo agora, no entanto, que o Supremo Tribunal Federal (STF) já bateu o martelo sobre esse assunto e de forma favorável às empresas. Daí a possibilidade de haver uma reviravolta na jurisprudência do TRF-3.

A decisão a que ele se refere foi proferida em junho (RE 400479). Esse caso tem como objeto central a cobrança de PIS e Cofins sobre os prêmios que as seguradoras recebem dos clientes que contratam as apólices.

Trata-se de um processo bastante antigo. Vinha rolando de voto-vista em voto-vista desde 2009. Dos onze ministros que participaram do julgamento, três já não estavam mais no STF na data de conclusão, em

junho. Dentre eles, o relator, Cezar Peluso, que se aposentou em 2012.

Foi o ministro Dias Toffoli quem, neste ano, reincluiu o processo em pauta. Ele se posicionou a favor da tributação dos prêmios - da mesma forma como fez o relator - e colocou na mesa a discussão sobre o "ativo garantidor". Essa parcela, disse, não poderia ser atingida por PIS e Cofins.

Toffoli considerou que o entendimento estava compreendido no voto do relator - apesar de não constar expressamente - e citou um parecer recente do ex-ministro Peluso sobre o assunto, em que afirma que essa é, de fato, a sua posição.

"Adoto, aqui, a compreensão do ministro Cezar Peluso, cujo voto já indicava que é o prêmio que decorre da atividade empresarial típica das seguradoras, e não outras receitas alheias ao desempenho de seu mister típico, como são as receitas financeiras em questão", afirmou.

O julgamento ocorreu no Plenário Virtual. De todos os ministros que se posicionaram depois de Toffoli, somente Luís Roberto Barroso, o atual presidente do STF, e Edson Fachin publicaram o conteúdo dos seus votos.

Barroso acolheu a ressalva feita por Toffoli sobre a não tributação do "ativo garantidor", enquanto Fachin afirmou que não concordava por considerar que o tema não era objeto do processo.

Todos os outros ministros declararam apenas que concordavam, sem disponibilizar o conteúdo de seus votos e, sendo assim, sem se manifestarem expressamente sobre a tributação do "ativo garantidor".

Advogados de empresas entendem que aqueles que não se manifestaram de forma expressa - como fez Fachin - concordaram com o voto de Toffoli, que, com a aposentadoria de Peluso, assumiu a redação do acórdão.

A interpretação, portanto, é de que o STF se manifestou sobre o tema e decidiu a favor das empresas em relação a esse ponto específico do "ativo garantidor".

Já a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) afirma que a decisão trata somente dos prêmios. "O STF não decidiu sobre o ativo garantidor", diz em nota enviada ao Valor. "O relator, ministro Peluso, que foi acompanhado pelos demais, não o ministro Toffoli, e Peluso não tratou do tema." Ficou a dúvida, desde então, sobre como as instâncias inferiores interpretariam essa decisão: se da mesma forma dos procuradores federais ou dos advogados das empresas. Por isso, a importância da decisão da vice-presidência do IRF-3.

É a primeira que se tem notícias.

Foi proferida pelo desembargador Antonio Carlos Cedenho em um recurso apresentado pela Zurich, uma das maiores do setor no país. A empresa perdeu a discussão na 4ª Turma e tentou levar o seu caso para o STF - isso aconteceu antes do julgamento do mês de junho.

Cedenho, num primeiro momento, negou o pedido da empresa. Agora, com base no novo precedente do STF, ele voltou atrás. Considerou que o Supremo já decidiu sobre o tema e determinou que o caso seja novamente julgado pela 4ª Turma.

Os desembargadores do colegiado terão que dizer se concordam com o vice-presidente e mudam a jurisprudência do tribunal ou se discordam e mantêm decisão a favor da tributação (processo nº 0006564-81.2015.4.03.6100).

"Há expectativa de que o TRF-3 passe a adotar a decisão do STF pela não incidência de PIS e Cofins. O voto da vice-presidência é uma sinalização nesse sentido, de que o tribunal deve reanalisar a sua jurisprudência", diz Guilherme Yamahaki, do Schneider Pugliese Advogados, que atua para a seguradora nesse caso.

Advogados acreditam que essa decisão da vice-presidência pode reverberar também em outros casos. A mesma 4ª Turma que vai novamente analisar o caso da Zurich tem pelo menos outros cinco em andamento envolvendo outras empresas do setor.

Esses julgamentos tiveram início em agosto e estão suspensos por pedido de vista. Envolvem SulAmérica, Allianz, Assurant, Marsh Corretora de Seguros e Ace Resseguradora.

Há, por ora, dois votos a favor da tributação, ou seja, para - mesmo depois da decisão do STF-manter a jurisprudência contra as empresas. A relatora, desembargadora Marli Ferreira, se posicionou nesse sentido e teve voto acompanhado pela

desembargadora Mônica Nobre.

O pedido de vista foi apresentado pelo desembargador Marcelo Saraiva. Se, quando devolver os casos para a pauta, ele também acompanhar a relatora, os julgamentos serão concluídos com decisão contrária às empresas.

Mas se Saraiva votar de forma divergente, ou seja, a favor das empresas, outros dois desembargadores serão convocados para participar do julgamento. Significa dizer, portanto, que nada ainda está definido.

"Ter uma decisão do vice-presidente do TRF-3 é uma boa notícia. Indica o caminho a ser seguido. Pode dar força para o contribuinte nesses julgamentos de turma", avalia Leandro Cabral, do escritório Velloza, que atua para seguradoras e vê clareza na decisão do STF.

O advogado chama atenção para o fato de a PGFN não ter apresentado embargos de declaração, com pedido de esclarecimentos, à decisão do STF. "Não tendo embargado, o que se tem é a consolidação do acórdão, cujo voto vencedor é do ministro Toffoli, que exclui os rendimentos das reservas técnicas da tributação."

"Há expectativa de que o TRF-3 passe a adotar a decisão do Supremo pela não incidência de PIS e Cofins" Guilherme Yamahaki

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187706>

# Licença para gastança freia ciclo de otimismo

**Rosana Hessel**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) andam em descompasso no discurso em relação à nova meta fiscal, desencadeando uma nova onda de revisões. Mudanças que devem piorar as estimativas de crescimento econômico a partir de 2024, com a antecipação do fim do ciclo de queda da taxa básica da economia (Selic), além de agravar as perspectivas para a trajetória da dívida pública.

De acordo com especialistas, Lula está dando um tiro no pé em um cenário que estava favorável para o governo, pois o mercado tinha dado um voto de confiança na política econômica que vinha sendo defendida por Haddad. Mas, agora, o ministro ficou isolado na defesa da manutenção da nova regra - que prevê deficit zero nas contas públicas de 2024 e superavit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) nos dois anos seguintes.

As pressões internas da equipe econômica tentam mudar a meta para um deficit de até 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**), o que, com a margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, permitiria um rombo fiscal de até 0,75% do **PIB**, ou seja, até R\$ 75 bilhões a mais para gastos adicionais. Lula, além de defender mais gastos em obras, é contra o inevitável contingenciamento que será necessário logo no início do próximo ano se a nova meta fiscal for aprovada, pois existem despesas aprovadas sem receita recorrente, gerando um buraco de R\$ 168,5 bilhões que precisam ser cobertas por medidas legislativas ainda não aprovadas para aumentar a arrecadação da União.

Na expectativa de mudança da meta fiscal, após as declarações de Lula a jornalistas, na sexta-feira, a mediana das previsões para a Selic no fim de 2024 passou de 9% para 9,25%. Analistas especulam que a tendência para os juros básicos é de continuar subindo, passando da marca de 10% ao ano.

"A curva de juros voltou a subir e o mercado já fala em juros de 10,5% no fim de 2024. Logo, a tendência é que as projeções de economistas de 9,25% se aproximem disso", alerta o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, sócio da Tendências Consultoria.

Segundo ele, a instituição ainda não elevou as projeções para os juros, atualmente em 9,25%, mas o "viés é de alta". Para ele, a credibilidade conquistada por Haddad no segundo trimestre do ano - durante a aprovação do arcabouço fiscal pelo Congresso e da apresentação da nova meta junto com o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) - está em xeque, e a preocupação com a piora do quadro fiscal é crescente, especialmente se houver mudança da meta.

Pelas estimativas dele, a dívida pública bruta tende a aumentar de dois a três pontos percentuais em 2026. "A promessa do arcabouço fiscal era de uma relação dívida-**PIB** estável e declinante.

Ninguém comprou essa ideia de que ela chegaria a 74% em 2026. A visão mais otimista do mercado era 80% do **PIB**, e as mais realistas, de 84% a 85%.

Esse era um quadro que deixava o ministro da Fazenda navegar com tranquilidade nas águas do debate econômico. Agora, não mais", explica Mailson. Para ele, as projeções de crescimento do **PIB** em 2024 também tendem a piorar, porque a política monetária será mais contracionista diante da perspectiva de maiores riscos na área fiscal.

"Cenário desafiador"

Eduardo Velho, economista- chefe da JF Trust Gestora de Recursos, reforça o alerta do ex-ministro e avalia que a mudança da meta será condicionante para a piora do quadro fiscal e o mercado deve precificar a continuidade da queda nos juros, provavelmente, até março de 2024. "Acho que pode haver uma parada antecipada no ciclo de queda dos juros e, a princípio, o estresse fiscal vai ocorrer ao longo dos próximos meses", afirma.

E, apesar de a conjuntura de 2023 estar favorável, com **PIB** crescendo 3%, o desemprego em queda e a **inflação** oficial caminhando para o centro da meta, de 3,25%, a perspectiva de retrocessos na política fiscal acende o sinal vermelho para 2024 e os próximos anos.

Ao reduzir em 0,5 ponto percentual pela terceira vez consecutiva, para 12,25% ao ano, na quarta-feira passada (5/11), o Comitê de Política Monetária

(Copom) do Banco Central deixou o recado no **comunicado** de que é importante a manutenção da meta fiscal proposta pelo Executivo diante de um "cenário global desafiador e que demanda serenidade e moderação". "O Comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas." Logo, para os especialistas, a expectativa, agora, é de um encurtamento do ciclo de flexibilização da Selic, que pode ser interrompido nas primeiras reuniões de 2024.

"As incertezas fiscais prejudicam os investimentos, pois volta o receio de que os juros podem voltar a subir de novo, como aconteceu no governo Dilma Rousseff", alerta o economista e ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas Gomes.

Vale lembrar que o consenso entre analistas do mercado era de que Haddad não conseguiria zerar o rombo fiscal em 2024 e, agora, as projeções para o quadro fiscal também tendem a piorar. O consenso entre analistas é que a projeção para o deficit fiscal do ano que vem, de 0,8% do **PIB**, será ser bem maior, acima de 1% do **PIB**.

"Meta impossível"

"Não há chance de o governo zerar o deficit fiscal em 2024, o que afetará a dinâmica dos anos subsequentes. O que já era muito difícil se tornou impossível com a virada do cenário global", alerta o economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal de Barros.

Mailson lembra que o mercado tinha precificado uma mudança na meta fiscal no início de 2024, mas essa antecipação do governo em querer mudar antes mesmo da aprovação pelo Congresso é que deu um sinal muito ruim para o mercado.

E, para piorar, o fato de Lula ainda falar em aumentar mais gastos em um cenário de queda na arrecadação e com o Orçamento com um buraco de R\$ 168,5 bilhões em receitas incertas e que precisam de aprovação do Congresso tornam o cenário ainda mais preocupante.

O fato de o ministro da Casa Civil, Rui Costa, tentar minimizar o problema só aumentou a confusão, porque Costa é o maior interessado em aumento de gastos para obras, pois está coordenando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que corre o risco de ter os mesmos problemas do passado - obras inacabadas e desperdício de dinheiro público - se não houver bons projetos.

Na avaliação de Mailson, o terceiro mandato de Lula caminha para uma repetição dos erros do segundo mandato dele e o primeiro de Dilma Rousseff (PT), quando os gastos públicos aumentaram de forma vertiginosa e o país caminhou para o descontrole fiscal e a contabilidade criativa para esconder os rombos nas contas públicas.

A economista Monica De Bolle, pesquisadora sênior do Peterson Institute for International Economics, ressalta que as raízes desses problemas fiscais são todas de natureza política.

"Não adianta apontar para a Constituição, porque não é ela que está errada para justificar as restrições orçamentárias. Ninguém reconheceu o tamanho do estrago que o ex-presidente Jair Bolsonaro deixou na prática da instituição orçamentária.

Ele entregou o Orçamento para o Congresso governar e isso é muito grave", alerta.

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/06/all.pdf>

# Indefinição da meta fiscal deixa novo marco na berlinda

**Rosana Hessel**

O novo arcabouço fiscal também está na berlinda. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, com a nova meta de déficit, ainda não foi aprovado, o que aumenta a desconfiança do mercado sobre a efetividade do marco que regula os gastos públicos.

De acordo com o economista e ex-ministro da Fazenda Máilson da Nóbrega, o arcabouço tem o mesmo problema do teto de gastos, e "vai bater na parede" porque os governos, não apenas o do PT, não conseguem fazer um debate amplo sobre a necessidade de revisar as despesas obrigatórias. "O arcabouço não resolveu o grave problema fiscal que é um conjunto de gastos obrigatórios excessivo. No Orçamento de 2024, 98% dos gastos primários são obrigatórios, incluindo investimentos, o que é insustentável", afirma o sócio da Tendências Consultoria.

O relator do PLDO de 2024, deputado Danilo Forte (União- CE), vem defendendo a mudança na meta e já sinalizou que pode acolher uma alteração, seja por meio de mensagem modificativa do Executivo, seja por emenda ao projeto - opção que ganhou força nos últimos dias. Logo após a defesa de Lula por mais gastos, o parlamentar emitiu uma nota dizendo que "as declarações do presidente Lula sobre o abandono da meta fiscal causam constrangimento ao ministro Fernando Haddad, que tem lutado muito para o atingimento do déficit zero a partir da aprovação da agenda econômica".

Em meio às pressões do Palácio do Planalto para concordar com a mudança da meta, Haddad tem demonstrado irritação quando é questionado sobre o tema. "Haddad tinha incorporado junto ao mercado a ideia de que ele poderia deter o apetite dos políticos do PT e do próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em relação ao aumento de gastos, que é uma característica lamentável, porque o partido não modernizou o discurso, ao contrário do que aconteceu com a social-democracia europeia", compara Mailson.

O economista Simão Davi Silber, professor da Universidade de São Paulo, reforça que o governo Lula vem cometendo os mesmos erros do passado, aumentando gastos sem apontar receitas

correspondentes. Não à toa, o Orçamento de 2024, que ainda nem foi aprovado pelo Congresso, tem um buraco de R\$ 168,5 bilhões em receitas que dependem de votação no Legislativo.

Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), alerta que, nesse cálculo, o governo não leva em consideração, por exemplo, a possibilidade de erosão da base tributária, que acaba ocorrendo quando há mudanças na forma de arrecadação.

Logo, as estimativas da IFI, de R\$ 51,9 bilhões, são menores para esse montante de receita via medidas do Congresso.

Para piorar, o aumento de despesas segue em passos largos.

No mês passado, Haddad perdeu mais uma batalha no Senado com a aprovação da prorrogação da desoneração da folha para 17 setores até 2027 e a redução da contribuição previdenciária de pequenos municípios, com impacto anual ao todo de R\$ 18 bilhões.

"As alternativas para isso serão, por exemplo, novas pedaladas ou mais **inflação**, que é uma possibilidade porque ajuda a aumentar a arrecadação nominal. Com a piora do quadro fiscal, a tendência é de o rombo ser cada vez maior e acima de 1% do **PIB** em 2024", alerta o acadêmico da USP Simão Silber. (RH)

**Site:**

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/06/all.pdf>

# Governo deveria focar no corte de gastos - MERCADO S/A

## AMAURI SEGALLA

Nos últimos dias, integrantes do governo federal têm se esforçado para apagar o incêndio provocado pelo próprio presidente Lula, que afirmou em entrevista recente que o Brasil não deveria se preocupar em ter déficit zero em 2024. A primeira tentativa veio do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, mas ela não funcionou dadas as declarações hesitantes que deu. Agora, foi o ministro da Casa Civil, Rui Costa, que tentou reduzir as desconfianças de economistas e do mercado financeiro. "Independentemente do debate da meta, não há qualquer possibilidade de aumento de gasto público, nem de investimento e custeio", afirmou Costa, após reunião ministerial convocada por Lula. Seria, de fato, fundamental que o governo não gastasse além de suas possibilidades, mas isso apenas não basta. Cortar gastos deveria ser um objetivo imediato - tal premissa, contudo, não faz parte do receituário econômico petista.

## GM cancelará demissões de funcionários

Depois de uma greve que durava 13 dias, funcionários da General Motors reverteram as 1.245 demissões anunciadas pela empresa em suas três unidades em São Paulo - em São Caetano do Sul, Mogi das Cruzes e São José dos Campos. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, a GM iniciará hoje os trâmites internos para o cancelamento dos cortes. Os desligamentos haviam gerado polêmica pela forma como a GM agiu: os empregados foram informados por telegrama que não faziam mais parte dos quadros da montadora.

Inadimplência das empresas para de subir, mas ainda é alta

O novo indicador de inadimplência das empresas, divulgado pela Serasa Experian, trouxe uma notícia boa e outra nem tanto. Do lado positivo, o índice de companhias com contas em atraso parou de subir. O problema é que a estabilização ocorreu num patamar elevado - 6,59 milhões de CNPJs estavam no vermelho em setembro, exatamente o mesmo número observado em agosto. Segundo a Serasa, a dívida somada das empresas é de R\$ 122,2 bilhões, para um tíquete médio de R\$ 2,6 mil de cada conta atrasada.

Scarlett Johansson é vítima de anúncio falso criado por inteligência artificial

A atriz americana Scarlett Johansson, estrela de Hollywood, está processando o aplicativo Lisa AI, desenvolvido pela empresa Convert Software. Segundo Johansson, o app criou um anúncio falso usando o seu nome, imagem e voz. Problemas desse tipo têm se alastrado, e não atingem apenas celebridades. Há alguns dias, alunos de uma escola no Rio de Janeiro criaram nudes falsos de estudantes do colégio. Os recursos da inteligência artificial estão chegando a níveis alarmantes e as autoridades precisam agir.

## Rapidinhas

Fundada em 1921, a centenária Lupo, fabricante de meias, pijamas e roupas íntimas, inaugurou um centro cultural para preservar a sua história. O espaço fica em Araraquara, no interior de paulista, onde a empresa nasceu. Além de expor itens e fotos que contam a sua trajetória, o local será palco de palestras e mostras ligadas à cultura têxtil.

A chinesa Goldwind, maior fornecedora de turbinas eólicas do mundo, vai instalar uma fábrica de aerogeradores em Camaçari, na Bahia. Trata-se da primeira unidade desse tipo da companhia fora da China. A ideia da Goldwind é deter, em no máximo dois anos, 30% do mercado brasileiro de turbinas eólicas.

A empresa de escritórios compartilhados WeWork deverá entrar nos próximos dias com um pedido de recuperação judicial, segundo reportagem publicada pelo jornal americano The Wall Street Journal. Desde 2010, quando surgiu, a empresa jamais conseguiu fechar um balanço no azul. Suas dívidas totalizam ao menos US\$ 16 bilhões.

Na última sexta-feira, clientes do banco digital Nubank reclamaram nas redes sociais que o serviço de pix do aplicativo não funcionou. O problema é que, a julgar pelas lamúrias na internet, as falhas têm sido recorrentes. Há exato um mês, o app do banco também ficou fora do ar para uma boa parte dos correntistas do banco.

"Deveríamos aprender que não podemos nos limitar a depender só de casos clássicos de livros didáticos e de modelos puros" Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, sobre a dificuldade do Velho

Continente para conter a inflação

25% dos motoristas brasileiros gostariam de comprar um carro elétrico, segundo pesquisa da consultoria Bain Company.

Como se sabe, a maior barreira é o preço.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/06/all.pdf>**

# Ciclo de queda deve levar Selic a 9,5%

## **CÍCERO COTRIM**

Depois de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ter descartado a meta de déficit zero em 2024, o **comunicado** divulgado na quarta-feira passada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central consolidou no mercado financeiro a avaliação de que uma aceleração no ritmo de corte dos juros está praticamente descartada. Mais do que isso, o risco fiscal e a menção do - colegiado ao cenário externo "adverso" indicam que o mais provável adiante é uma diminuição do passo - de 0,5 ponto para 0,25 ponto porcentual de queda a partir de março.

Com isso, o que surge no horizonte é uma Selic, no final do atual ciclo de cortes, em dezembro de 2024, mais alta do que os 9% que se esperava inicialmente.

No boletim Focus, do BC, divulgado há uma semana, a expectativa já havia subido a 9,25%. Depois da reunião do Copom, boa parte dos analistas já fala numa Selic de 9,5% ao fim do ciclo.

Embora pequena, essa diferença tem grande impacto na economia, porque deixa mais caro o crédito para investimentos das empresas.

O BC cortou a taxa básica de 12,75% para 12,25%, em linha com as expectativas do mercado, e informou que é unânime entre os membros do Copom a previsão de reduções "de mesma magnitude nas próximas reuniões". Mas não apenas mudou a qualificação do ambiente externo - de "mais incerto", no **comunicado** de setembro, para "adverso" agora -, em parte pela alta dos juros americanos de longo prazo, como disse que isso requer "cautela na condução da política monetária".

"Nas entrelinhas, o BC está dizendo que não tem como levar a taxa Selic a 9% se o juro americano não se alterar, ou se alterar muito pouco no ano que vem", disse o economista do BTG Pactual Álvaro Frasson, sobre a nota do Copom. Ele manteve a expectativa de queda da Selic a 9,5% no fim do ciclo, mas postergou de meados de 2024 para dezembro a previsão de fim do ciclo.

INCERTEZA. Logo após a reunião, o Itaú Unibanco diminuiu a projeção de corte dos juros em dezembro, de 0,75 para 0,5 ponto porcentual, e aumentou a sua estimativa para a Selic no fim do ciclo de cortes de 9% para 9,5%, citando o cenário global instável e o "ligeiro aumento da incerteza doméstica". Já o Goldman

Sachs reiterou a expectativa de baixa de 0,5 ponto em dezembro e janeiro, mas apontou para o risco de uma desaceleração a 0,25 ponto a partir de março.

Alguns economistas, porém, mantiveram nos seus cenários a possibilidade de aceleração no ritmo de cortes da Selic. "Continuamos vendo o risco de aceleração do ritmo, porque esperamos que a **inflação** de serviços continue desacelerando e que a atividade econômica se enfraqueça mais agora", disse em nota a economista-chefe do Santander Brasil, Ana Paula Vescovi.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "A incerteza fiscal se somar à sucessão no BC é um risco"

**EDUARDO LAGUNA RENATA PEDINI**

ENTREVISTA: Bruno Serra, Mestre em economia pela USP, foi diretor de Política Monetária do Banco Central; hoje é gestor da Itaú Asset Management

Ex-diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Bruno Serra avalia que a mudança da meta de zerar o déficit das contas públicas no ano que vem, colocada pelo próprio governo, entrou em pauta antes do esperado em razão da dificuldade do Planalto de conseguir as receitas adicionais necessárias ao objetivo.

O problema, disse em entrevista ao Estadão/Broadcast, é o País perder credibilidade na condução da política fiscal, ao mesmo tempo em que se avizinha o debate sobre a sucessão no BC, cujos riscos introduzem um prêmio nas expectativas de **inflação**, já que o presidente do banco, Roberto Campos Neto, caminha para o último ano do mandato.

"Apesar de eu ser mais conservador com juros, a nossa visão é de que a **inflação** é muito benigna no curto prazo; só que o mercado está pagando um prêmio pela transição do Banco Central", diz Serra, que, após concluir quarentena, está de volta ao Itaú Unibanco, à frente da gestão da família de fundos Janeiro na Itaú Asset.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista: Como o sr. vê a pressão para mudar a meta fiscal?

A discussão entrou na pauta agora, antes do que a maioria dos analistas esperava, que seria no ano que vem, quando se discutiria a necessidade de contingenciar (bloquear de forma preventiva) gastos. Para o governo, como já está ficando provável que não se conseguirá toda a receita extraordinária para fazer um resultado primário zero, parece que a preferência está sendo a de ajustar a meta agora, dada a dificuldade em cortar gastos. Esse é o caminho mais provável. Teria sido muito importante que um contingenciamento fosse feito, sendo consistente com a meta fiscal inicial, de déficit primário zero. Mesmo que a mudança de meta no curto prazo não gere uma reação tão negativa como alguns esperavam, o risco ao longo do ano que vem é essa menor credibilidade na condução da política fiscal se somar ao debate da transição do Banco Central. Então, você poderá ter

dois dos alicerces do tripé macroeconômico sendo questionados (metas de **inflação** e contas públicas).

Pode ter também o terceiro pilar, o câmbio, afetado pelo contexto internacional?

Seria o pior dos mundos?

Sim, sem dúvida. Pode ter. Mas esse não está sob controle nem do Executivo nem do Banco Central. O que o BC pode fazer é ser um pouco mais cauteloso nas sinalizações conforme a Selic se aproximar de 11%. Acho que seria bem-vindo para garantir que o terceiro pilar também não sofra. Mas o fato é que não está totalmente sob o controle dele. Tem vezes que o risco sobe tanto, a volatilidade do mercado internacional sobe tanto, que o câmbio sofre, mesmo com o BC sendo cauteloso.

Já aconteceu várias vezes.

Quando o sr. fala em cautela com a taxa perto de 11%, seria apenas uma sinalização?

Pode ser que sejam mantidos os cortes de 0,50 ponto porcentual até a taxa chegar a 11%, mas você precisa começar a não dar sinalizações tão explícitas (sobre a manutenção do ritmo).

Como o sr. responde às críticas ao BC por ter cortado a Selic a 2% e, depois, mantê-la em 13,75% por tanto tempo?

Sem nenhum impacto de pandemia na conta, já vínhamos cortando os juros para 4,25%.

Quando o Roberto (Campos Neto, presidente do BC) assumiu (em fevereiro de 2019), a taxa era de 6,5%. A economia, depois de uma recessão que encolheu o Produto Interno Bruto (**PIB**) entre 6% e 7% em dois anos (2015 e 2016), tinha crescido menos de 2% em 2018 e estava em desaceleração, com preços das commodities caindo, o que é ruim para o Brasil, e as expectativas de **inflação** também caindo para abaixo da meta nos prazos mais longos. O diagnóstico era cortar juros.

Aí veio a pandemia...

E o que você faz na pandemia?

No primeiro momento da pandemia, as expectativas de **inflação** caíram e o juro lá fora foi para zero de novo. O que você faz? Alguma coisa tinha de cortar.

Tinha muita gente na época defendendo cortar para perto de zero. Se lembrarem bem, 2% era um nível em que, naquele contexto, a **inflação** projetada continuava abaixo da meta.

Vamos também lembrar que as coisas aconteceram muito rápido na pandemia. O governo mandou um auxílio (emergencial) de R\$ 200, que numa tarde virou R\$ 400, e depois virou R\$ 600. Isso faz toda a diferença para a demanda agregada.

Era só por dois meses, mas o auxílio foi sendo renovado.

A verdade é que a realidade mudou muito rápido na pandemia.

O ambiente ficou completamente diferente, e não só no Brasil. Se pegarmos as datas em que as coisas aconteceram, vou conseguir defender mais claramente que o BC não errou.

No contexto global, a trajetória da **inflação** brasileira foi melhor do que a de pares. Essa é a prova do pudim. Se a gente errou, errou tanto quanto os outros bancos centrais. Os banqueiros centrais perderam um pouco de credibilidade ao longo da pandemia? Perderam.

Todo mundo perdeu um pouco. A **inflação** subiu em todos os lugares do mundo. O BC brasileiro perdeu mais que os outros? Atuou pior que os outros? Não. Atuou melhor que os outros. Os bancos centrais do mundo todo tiveram de lidar com uma mudança de ambiente muito mais rápido do que conseguiam reagir.

Não dava para antecipar esses estímulos fiscais?

Não. Por definição, a política monetária é uma variável de ajuste. Cabe ao BC garantir que a demanda agregada caiba na oferta agregada, para entregar a meta de **inflação**, para não deixar a **inflação** acelerar.

"O que o BC pode fazer é ser mais cauteloso nas sinalizações conforme a Selic se aproximar de 11%, para proteger o câmbio" Bruno Serra gestor do Itaú Unibanco

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# "Investimento de risco deve voltar em 2024"

**JENNE ANDRADE E-INVESTIDOR**

ENTREVISTA: Bruno Funchal, Economista, ocupou cargos na academia e no setor público, como a Secretaria da Fazenda do ES e a Secretaria do Tesouro Nacional

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu a taxa básica de juros em 0,5 ponto percentual, para 12,25% ao ano. O mercado espera que novos recuos da Selic ocorram nas próximas reuniões da autoridade monetária, mas há riscos que podem impactar esse ciclo de queda de juros.

Para Bruno Funchal, ex-secretário do Tesouro Nacional e atual CEO da Bradesco Asset, o mais substancial desses riscos está relacionado à dinâmica da política monetária nos Estados Unidos. Na visão de Funchal, se o banco central americano, o Federal Reserve (Fed), mantiver o juro alto no país por mais tempo, isso poderá limitar a capacidade do BC brasileiro de intensificar a redução da Selic.

"Se acelerarmos o passo na redução da Selic em um cenário onde os Estados Unidos estão com uma política monetária restritiva, correremos o risco de nossa moeda se desvalorizar, porque o diferencial de juros entre os países fica muito pequeno.

A desvalorização da moeda pode gerar um problema inflacionário", alerta Funchal.

A dúvida quanto à trajetória dos juros nos EUA foi um dos motivos que atrapalharam a recuperação de ativos de risco no Brasil, como os fundos de ações e multimercados, que já registram resgates de R\$ 39,5 bilhões e R\$ 57 bilhões no ano, respectivamente. "Talvez essa retomada dos investimentos em ativos de risco fique para 2024. Ano que vem será muito mais promissor, porque o mundo inteiro vai entrar em um ciclo de queda de juros." Qual é a sua projeção para a Selic?

Hoje, nossa projeção é de 9,5% para a Selic no fim do ciclo, que também é uma boa notícia para a economia. Muito da alavancagem (dívida) das companhias está vinculada ao CDI. A queda dos juros pode ajudar o balanço das empresas, pode estimulá-las a captar mais recursos, a fazer dívida, e isso acaba estimulando o investimento.

Se tudo ocorrer dentro do que é esperado, a **inflação** convergindo, a atividade econômica desacelerando e

se a gente ver, pelo menos, uma estabilidade dos juros americanos, com indicativo de queda das taxas, acho que a tendência é ficar em torno de 9,5% mesmo.

Mas esse nível será suficiente para devolver a atratividade da renda variável?

Os fundos perderam muito por conta da incerteza. Tivemos um período bom entre junho e julho, quando havia uma expectativa de queda de juros americanos para o ano que vem, e estávamos no início do ciclo de queda aqui. Estava se criando um ambiente muito favorável, e começamos a ver um movimento de interesse em entrada em Bolsa.

O problema é que em setembro começamos a ter muito ruído, principalmente em relação à política monetária dos EUA. A economia americana muito aquecida colocou em xeque a capacidade de fazer a **inflação** convergir em um prazo mais curto, e veio a necessidade de juros altos por mais tempo. Talvez essa retomada dos investimentos em ativos de risco, como fundos de ações e multimercados, fique para 2024. Ano que vem será muito mais promissor para isso, porque você vai ter o mundo inteiro entrando em um ciclo de queda de juros. Na média, em 24 meses após o início de um ciclo de queda de juros a Bolsa se valoriza mais de 60%. Vimos isso nos últimos seis ciclos.

Nesse momento, o que faz sentido ter na carteira de investimentos?

O que faz sentido ter na carteira são aqueles ativos que mais se beneficiam do ciclo de queda de juros - no geral, empresas de crescimento e companhias cíclicas, que se beneficiam com a retomada da economia. Existem também algumas empresas do setor de utilities (serviços de utilidade pública), como o de saneamento, que possuem fluxo de caixa muito parecido com títulos prefixados, que se beneficiam muito com queda de juros. Temos muitas oportunidades na Bolsa.

Qual sua avaliação sobre os esforços do governo para trazer receita via imposto, como a tributação de fundos exclusivos, offshore e até dividendos no ano que vem?

Faz parte da agenda do governo, que, quando foi eleito, já veio com uma ideia de revisar políticas sociais com mais gasto e aumento de imposto. Agora, o que o Ministério da Fazenda tem feito eficientemente

é rever distorções. Avançar sobre benefício tributário é isso, atacar distorções. Mas claro que tem o outro lado da moeda. Quando se faz imposto, há o risco de afetar a economia. Por exemplo, tributar dividendos pode gerar menos lucros e menos capacidade de investimento, já que uma parte do dinheiro vai para o governo e não vai ficar mais no setor privado para investir. As distorções são reduzidas, mas o incentivo ao investimento também. Precisa ser muito bem calibrado porque a carga tributária no Brasil já é elevada.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Ciclo de crescimento - LUIZ CARLOS TRABUCO CAPPI

Em um ano marcado pela sequência de ajustes para cima nas projeções da economia brasileira, informação que veio de Marrakesh, no Marrocos, durante a reunião anual do FMI, em outubro, chamou a atenção. Ao ampliar a previsão do crescimento brasileiro de 2023 para 3,1%, após iniciar o ano com estimativa de 0,9%, o órgão antecipou que o Brasil voltaria ao grupo das dez maiores economias do mundo já neste ano, ocupando a 9.<sup>a</sup> posição, com um **PIB** de US\$ 2,127 trilhões.

A conclusão é de que o Brasil confirma suas muitas virtudes, entre elas, a capacidade para reagir aos cenários desafiadores com inegável e surpreendente vigor. Ao reingressar na lista das dez maiores economias do planeta, ultrapassamos a Coreia do Sul e o Canadá.

Para lembrar, entre 2010 e 2014 o Brasil se manteve como a 7.<sup>a</sup> economia do planeta. Saiu do grupo dos 10 em meio às mudanças econômicas globais geradas pela crise bancária nos EUA, a pandemia, a guerra entre Rússia e Ucrânia, a alta da **inflação** e aumentos de juros nas maiores economias do planeta.

O Brasil concretizou reformas econômicas importantes nessa fase, como a trabalhista e a previdenciária. Consolidou, ao mesmo tempo, vantagens competitivas e ampliou a liderança global em diversas frentes do agronegócio e das commodities, além de preservar a força de seu mercado interno.

Segundo o IBGE, a economia deve apresentar um saldo positivo de 2 milhões de empregos formais até dezembro - semana passada, o desemprego atingiu 7,7%, a menor taxa desde 2014.

O início da flexibilização monetária após a quebra do ciclo inflacionário e a apreciação do real frente ao dólar são mais dois fatores que justificam o desempenho acima das expectativas originais. Além disso, se consolida a agenda fiscal com o avanço das reformas tributária e fiscal, e do novo arcabouço.

Desde a queda no **PIB** de 2020, em consequência direta da pandemia, a economia brasileira confirma a sua característica de superação. Em junho deste ano, o Brasil registrou o oitavo trimestre seguido de crescimento.

Segundo o FMI, teremos a 8.<sup>a</sup> posição no ranking global entre 2025 e 2028. Para 2024, devemos trabalhar para manter essa dinâmica. O Brasil guarda capacidades reprimidas que podem ser exploradas, pelos efeitos plenos da aprovação das reformas fiscal e tributária na formação de novas expectativas entre os agentes econômicos, e o cumprimento das metas de ajuste fiscal.

As surpresas de 2023 poderão ser inerciais para 2024 caso se somem medidas de modernização já engatilhadas, como os marcos de garantias e de seguros.

O sonho do ingresso do País no G7 continua presente.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Copom deve evitar ligação direta entre juro e câmbio - ALEX RIBEIRO

**ALEX RIBEIRO**

A ata da reunião da semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom), que será divulgada amanhã, será uma primeira oportunidade para o Banco Central passar a mensagem de que vai se ater aos princípios do regime de metas de **inflação** - apagando a impressão de que poderia reagir de forma mecânica à piora do cenário externo e ao aumento das incertezas fiscais .

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, passou as semanas que antecederam a reunião do Copom chamando a atenção para a alta dos juros dos títulos do Tesouro americano. Uma parte do mercado financeiro, que tem o hábito de simplificar as coisas, entendeu que o Copom está vendo uma espécie de piso para a baixa de juros.

O Copom também tem dito que é importante o governo e o Congresso Nacional cumprirem as metas de superávit primário. O Banco Central não colocou explicitamente o fiscal na sua função de reação. O tema entra nas projeções de **inflação** e no balanço de riscos. Mas se criou uma certa expectativa de que poderá reagir se o objetivo fiscal for abandonado.

Evidentemente, as coisas não funcionam bem assim. O cenário externo e a política fiscal podem, de fato, chegar à **inflação** pela taxa de câmbio. A alta da remuneração dos títulos americanos significa que os juros dos papéis brasileiros ficam menos atrativos para os investidores estrangeiros. Com a alta do risco fiscal, eles também tendem a exigir um prêmio maior para fazer aplicações no Brasil.

Uma parcela do mercado, porém, segue trabalhando com a cabeça no regime de câmbio fixo, em que a taxa Selic era fixada para segurar a cotação do dólar. Não funciona mais assim desde 1999, com a adoção do regime de metas de **inflação**. A taxa de juros deve fazer o equilíbrio interno da economia - ou seja, manter a **inflação** sob controle e nas metas, procurando minimizar a flutuação da atividade econômica. A taxa de câmbio é responsável por garantir o equilíbrio externo da economia.

As coisas não são totalmente separadas porque, no fim das contas, a taxa de câmbio é um canal de transmissão da política monetária. As variações da

cotação do dólar, por sua vez, influenciam a **inflação**. Mas essas relações são mais sutis e variáveis do que, à primeira vista, aparentam. Não há nada de mecânico.

Alguns operadores gostam de citar a experiência da baixa de juros durante a pandemia como uma evidência de que os juros internacionais impõem um piso para a nossa taxa Selic.

Há certo exagero nessa argumentação. De fato, o dólar subiu de R\$ 4,03 a R\$ 5,23 em 2020. Uma parte disso pode ser explicada pela baixa da Selic a 2%, mas não tudo. O juro não baixou tanto, pois estava a 4,25% ao ano antes da pandemia, e os Estados Unidos fizeram um enorme programa de expansão quantitativa.

Com toda essa depreciação, a taxa de câmbio teve um efeito altista de 1,98 ponto percentual para o desvio da **inflação** em relação à meta.

Mas note: em 2020, a **inflação** ficou em 4,52%, não muito distante da meta, de 4%. O problema inflacionário ocorreu, de fato, a partir de 2021, quando o índice de preços atingiu 10,06%, mas a variação cambial teve um efeito de apenas 0,44%. O que pesou foi a disparada nos preços das commodities.

O que o Banco Central deve fazer, neste momento, é precisamente estimular o mercado financeiro a fazer as contas sobre os eventuais impactos na **inflação**. O efeito do diferencial de juros sobre a taxa de câmbio é apenas o primeiro passo. O repasse da alta do dólar sobre a **inflação** não é estável, varia de acordo com as circunstâncias. Como manda a boa literatura econômica, o Banco Central deveria se concentrar nos efeitos secundários na **inflação**, quando a alta do dólar se espalha para outros preços. O trabalho de combater esse efeito secundário é mais difícil agora, com a desancoragem das projeções de **inflação** do mercado em relação às metas.

Mas esse tem que ser o foco da ação do Copom.

Nos seus documentos oficiais, o comitê tem mantido uma certa disciplina no emprego dos princípios do regime de metas de **inflação**. O seu **comunicado** da semana passada destaca, entre os fatores mais importantes da função de reação, a "evolução da

dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de **inflação**, em particular as de maior prazo, de suas projeções de **inflação**, do hiato do produto e do balanço de riscos".

Mas há escorregões, aqui e ali, que confundem a mensagem de política monetária. O código de pronunciamentos do Banco da Inglaterra recomenda, por exemplo, que seus membros não falem sobre a política fiscal, a não ser no que diz respeito a perspectivas para a política monetária, evitando comentários sobre medidas fiscais individualmente.

O Chile é um exemplo do que não fazer. Há cerca de dez dias, o BC local baixou o juro menos do que o mercado esperava e, ao mesmo tempo, anunciou a interrupção de um programa de compra de reservas. Com isso, misturou políticas monetária e cambial.

O ambiente externo e fiscal são importantes e inspiram cautela, mas a política monetária deve ser conduzida dentro dos preceitos do regime de metas de **inflação**.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente E-mail alex.ribeiro@valor.com.br

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231103/>

# Impasse põe em risco acordo de Venezuela com EUA (Editorial)

O acordo feito entre Venezuela e EUA em 18 de outubro, que pôs fim provisório (6 meses) ao embargo do petróleo, do gás e do ouro venezuelanos estabelecido durante o governo Trump, pode não sobreviver após novembro. A contrapartida aceita pelo governo venezuelano foi a realização de eleições presidenciais livres e transparentes em 2014, com a presença de observadores internacionais e ampla participação dos candidatos de oposição. O acordo, porém, não se desvencilhou de uma armadilha contida nos detalhes. Ele prevê a "autorização a todos os candidatos presidenciais, desde que cumpram os requisitos estabelecidos pela lei". A candidata vencedora das primárias da oposição foi María Corina Machado, condenada pelos chavistas à inabilitação para exercer cargos públicos até 2030. Outros líderes da oposição, como Henrique Capriles e Freddy Superlano, carregam idêntica punição.

O ditador Nicolás Maduro, que sucedeu a Hugo Chávez desde sua morte, em 2013, anulou, por meio do Supremo Tribunal, que controla, as primárias feitas pelos candidatos de oposição, enquanto que o Ministério Público abriu processo contra todos os membros da comissão organizadora do pleito. O Departamento de Estado dos EUA, reagindo ao ato do Tribunal, disse que "os vetos deveriam ser suspensos para todos os candidatos presidenciais até o fim de novembro", caso contrário "medidas seriam tomadas".

Após 18 meses de negociações, o presidente Joe Biden tinha feito concessões aos chavistas em troca de promessas de abertura do regime que, no passado, foram sistematicamente descumpridas. Aos Estados Unidos interessam o petróleo do país, que tem as maiores reservas do mundo, e a interrupção do fluxo de imigrantes que cruzam ilegalmente as fronteiras americanas. O Brasil participou ativamente do entendimento.

A saída da Rússia do mercado do petróleo, afastada pelo embargo dos EUA, tornou o produto venezuelano atraente diante da redução da oferta. Com o acordo, a produção da PDVSA poderá saltar de 800 mil para 1 milhão de barris dia.

Estancar a migração ilegal tornou-se, para Washington, uma prioridade. Segundo a ONU, 7,2 milhões de venezuelanos deixaram o país desde 2014 - cerca de um quarto da população -, na maior crise

humanitária em tempos de paz do século. Desde janeiro de 2017, o Brasil acolheu mais de 350 mil migrantes venezuelanos; a Colômbia, 1,8 milhão; e o Peru, 1,28 milhão, segundo informações da Agência Brasil.

A causa da migração em massa foi a absoluta ruína em que o governo chavista transformou a economia venezuelana, extremamente dependente do petróleo e derivados, únicas fontes de divisas externas. Uma série de estatizações em massa e o uso político da máquina do Estado a favor do Partido Socialista Unido chavista desorganizaram as cadeias de produção domésticas e dilapidaram as fontes de recursos das quais o regime dependia. A PDVSA chegou a produzir 2,5 milhões de barris por dia antes da crise, cifra que ao fim de 2019 havia caído para pouco mais de 650 mil barris.

À incompetência, ao aparelhamento político do Estado e a uma imensa rede de corrupção somou-se a derrocada das cotações do petróleo. Entre 2014 e 2015, o preço do barril no mercado internacional caiu de US\$ 115 para US\$ 47 e chegou a bater em US\$ 20 em abril de 2020. Sem dinheiro para importar, produtos básicos desapareceram do país, e isso levou grande parte da população a buscar a própria subsistência nos países vizinhos ou mais longe.

A crise acirrou os piores instintos do regime chavista. Ao perder eleições para o Congresso em 2017, Maduro fez eleger uma Assembleia Constituinte que usurpou os poderes do Legislativo, prendeu líderes da oposição e controlou com mão de ferro todas as instituições do Estado.

A recuperação dos preços do petróleo e um aumento da produção restauraram nos últimos dois anos alguns pilares da economia, devastada por uma **inflação** de 9.500% em 2019. O **PIB** venezuelano chegou a cair 30% em um único ano (2018), e a projeção de crescimento feita pelo Fundo Monetário Internacional para 2023 é de 4%. A **inflação** ainda é um flagelo e deve recuar para 360% no ano.

A reação furiosa do governo chavista diante da primária opositora e as punições vigentes aos principais líderes da oposição indicam que Maduro quer "escolher" o candidato com o qual concorrerá. O espírito do acordo não prevê isso, mas sua letra, sim,

ampliando os temores de seus críticos nos círculos políticos americanos, para os quais Biden fez concessões demais em troca de compromissos vagos do regime venezuelano. O secretário de Estado, Antony Blinken, mencionou que o entendimento pressupunha que todos os candidatos da oposição concorressem em 2024 e ameaça com a volta das sanções. "Não terão carta branca para realizar ações que estejam em contradição com os compromissos que assumiram para avançar rumo a eleições livres e justas", disse.

Não se sabe se o governo Lula sairá mais uma vez em defesa da Venezuela. Ao mencionar críticas a Maduro, o presidente Lula disse que o conceito de democracia era "relativo" e, em outras situações, afirmou que na Venezuela se faziam mais eleições que no Brasil.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231103/>

# Empresas devem ter situação financeira melhor em 2024

**Álvaro Campos De São Paulo**

Depois de um 2023 difícil, com aumento da inadimplência, o caso Americanas, uma seca curta - mas aguda - nos mercados de capitais e incertezas macroeconômicas internas e externas, a situação das empresas deve melhorar no próximo ano. A inadimplência em pessoa jurídica ainda deve subir um pouco mais este ano, mas a expectativa é que atinja um ponto de inflexão em breve e, com a queda da Selic, 2024 seja um ano um pouco mais tranquilo.

Um levantamento do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe) mostra que a captação líquida das empresas ficou em R\$ 88,7 bilhões no terceiro trimestre até agosto, não muito distante da média dos últimos meses, mas bem acima dos números do primeiro trimestre, que foram impactados pelo episódio Americanas. Há uma força sazonal do crédito direcionado, leia-se Plano Safra, mas uma recuperação também dos mercados de capitais. A média móvel trimestral do volume de emissões de debêntures atingiu em agosto R\$ 17,6 bilhões, o maior nível em seis meses.

"Embora a modesta recuperação da oferta de crédito privado a partir de março tenha revertido a tendência rumo a uma crise de crédito, existe ainda parcela considerável de empresas com dificuldades de rolagem de dívida e atendimento aos seus compromissos financeiros. Nossas projeções indicam alguma continuidade do aumento da inadimplência nos próximos meses, com provável reversão a partir do início de 2024", afirma Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe.

Ainda assim, ele ressalta que existem indicações no sentido de superação gradativa das dificuldades financeiras das empresas, especialmente no próximo ano. "As taxas de juros de recursos de crédito bancário e do mercado de capitais já iniciaram movimento de queda antes mesmo da redução da taxa Selic em agosto, refletindo as quedas das curvas de juros. Nossas projeções indicam a queda do custo médio de dívida das empresas daqui por diante e especialmente em no primeiro semestre de 2024." A nota de crédito do Banco Central referente a agosto já deveria ter sido publicada, mas o calendário está atrasado em função da mobilização dos servidores da autarquia. A pesquisa de crédito da Federação

Brasileira de Bancos (Febraban) aponta que o saldo total da carteira de crédito deve avançar 0,8% em setembro, com crescimento disseminado entre os recursos e segmentos, mas liderado pelo crédito às empresas, com estimativa de alta de 1,2%. Já a carteira destinada às famílias deve mostrar um crescimento mais modesto, de 0,6%. Outro levantamento da entidade, a pesquisa de economia bancária, estima que o crescimento do crédito ficará em 7,6% este ano e 8,1% no próximo.

Entre PJs, a pesquisa da Febraban estima que o crédito livre deve passar de crescimento de 11,9% em 2022 para 2,3% este ano e 7,7% no próximo. Já o crédito direcionado deve sair de 18,0% para 10,2% e 7,9%, respectivamente. "Há uma expectativa de melhora no crédito a empresas no ano que vem. Tem a própria redução dos juros, este ano tivemos o evento Americanas e o impacto nos recebíveis, e a inadimplência mais alta. Então, no geral, diria que temos boas perspectivas para frente", comenta Rubens Sardenberg, diretor de economia, regulação e riscos da Febraban.

Rafael Schiozer, professor de Finanças da FGV, também acredita que 2024 deve ser melhor para as empresas, embora não espere um cenário tão animador assim. "O simples fato de a Selic cair contribui para levar a inadimplência um pouco para baixo, a atividade econômica não vai ser ruim, então devemos observar crescimento do crédito bem razoável, um pouco mais que a **inflação**".

A inadimplência PJ ficou em 2,7% em agosto, superando os patamares pré-pandemia e atingindo o maior nível desde maio de 2018. Enquanto em pessoa física o índice de calotes já dá sinais de ter atingido o pico, em PJ esse movimento ainda não está claro. "A projeção é que aumente um pouco mais até o fim do ano e a partir daí comece a cair. E temos de lembrar que a inadimplência tem um efeito defasado sobre as falências e recuperações judiciais, que seguem subindo", comenta Roca.

Na semana retrasada, ao divulgar seus resultados no terceiro trimestre, o CEO do Santander Brasil, Mario Leão, comentou que o banco foi mais cauteloso no primeiro semestre com as pequenas e médias empresas (PMEs), onde a inadimplência subiu mais fortemente, mas que já voltou a crescer. Segundo ele,

a melhora geral da inadimplência no terceiro trimestre consolida a estratégia da instituição de retomada do crescimento. Para o executivo, seguindo a evolução da inadimplência, a instituição se provoca como esse movimento pode se refletir em apetite maior de crédito. Ele comentou ainda que "a gente só sabe que o pico da inadimplência passou depois que ele passa".

Para Schiozer, da FGV, 2023 ainda teve o vencimento de parte das operações que foram renegociadas no início da pandemia, o que não terá mais efeitos sobre 2024. Além disso, algumas mudanças regulatórias, como o marco das garantias, e mesmo o programa de renegociação de dívida Desenrola podem dar uma contribuição adicional para que os bancos concedam mais crédito às empresas. "O endividamento PF preocupa, já as empresas não estão super alavancadas, nem mesmo as pequenas. Então tudo vai depender um pouco do ambiente interno, com a questão fiscal, e do externo, especialmente nos Estados Unidos, onde a política monetária deve permanecer restritiva".

Roca lembra ainda do risco de eventos imprevisíveis, como é o caso do conflito entre Israel e o Hamas. "Por enquanto a guerra afetou relativamente pouco o preço do petróleo, mas se o barril passar de US\$ 100, por exemplo, aí a situação muda, porque isso afeta o câmbio, expectativa de **inflação** e a curva futura de juros".

Se no início do ano havia algum temor em relação ao papel dos bancos públicos no novo governo Lula, por enquanto os receios de uma atuação muito mais forte dessas instituições parece ter acalmado. Nem mesmo na esteira da crise da Americanas, quando se chegou a estudar alguma forma de usar programas como o Pronampe para ajudar mais diretamente alguns segmentos específicos, houve rumores de entrada mais forte dos bancos públicos. "Por enquanto está tudo bem, o discurso do BNDES, por exemplo, é de complementariedade, de atuar no segmentos onde o setor privado não chega. Então não estamos nem perto da situação de "campeões nacionais" que a gente teve no governo Dilma, mas todo cuidado é pouco", comenta um executivo do setor.

"A gente só sabe que o pico da inadimplência passou apenas depois que ele passa" Mario Leão

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187706>